



Uema
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO MARANHÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA
DO ESPAÇO

MILENA BOAES DOS SANTOS

O TERRITÓRIO DAS MARÉS:
o circuito inferior pesqueiro no município de Raposa-MA

São Luís
2024

MILENA BOAES DOS SANTOS

O TERRITÓRIO DAS MARÉS:

O circuito inferior pesqueiro no município de Raposa-MA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus Paulo VI, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves

São Luís
2024

Santos, Milena Boaes dos.

O Território das marés: o circuito inferior pesqueiro no município de Raposa - MA. / Milena Boaes dos Santos. – São Luís (MA), 2024.

106p.

Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço - PPGeo)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2024.

Orientador: Prof. Dr.Cristiano Nunes Alves.

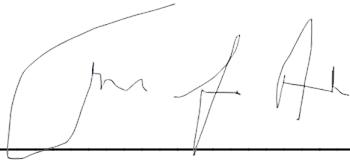
MILENA BOAES DOS SANTOS

**O TERRITÓRIO DAS MARÉS: o circuito inferior pesqueiro no município de Raposa-
MA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus Paulo VI, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovada em: 27/09/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (Orientador)
Doutor em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Documento assinado digitalmente
JOSUALDO LIMA RÊGO
Data: 26/02/2025 17:23:48-0300
Verifique em <https://validar.jl.gov.br/>

Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo (Examinador)
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Documento assinado digitalmente
SILVANA CRISTINA DA SILVA
Data: 04/02/2025 15:49:13-0300
Verifique em <https://validar.jl.gov.br/>

Prof. Dra. Silvana Cristina da Silva (Examinadora)
Doutora em Geografia
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dedico este trabalho à minha avó, Maria Rita Moraes Santos (in memoriam), por ser um importante exemplo de força, sabedoria e alegria. Sua trajetória sempre será um ensinamento para nossa família, e você sempre estará presente em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos que me ajudaram até aqui. Para não cometer o erro de não registrar o nome das diversas pessoas que fortaleceram a minha caminhada, deixo o meu muito obrigada a cada um que esteve presente e tem plena consciência de sua importância em minha jornada. Sou eternamente agradecida.

De modo geral, agradeço à minha família, amigos, colegas de pesquisa, em especial, aos do Núcleo Marielle, e a todos os que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica. Vocês tornaram esse caminho mais leve e alegre.

Não poderia deixar de ressaltar a importância e paciência do meu orientador, Cristiano Nunes Alves. Você foi fundamental para o processo de formação enquanto pesquisadora. Obrigada por todos os ensinamentos.

Agradeço também à banca por se disponibilizar a avaliar rigorosamente este trabalho. Suas observações foram cruciais para a realização da pesquisa. Palavras não seriam o bastante para demonstrar a minha gratidão a vocês.

Agradeço também à Universidade Estadual do Maranhão, ao Programa de Pós-Graduação, à CAPES e aos professores que integram esta instituição.

*[...] Sou camelô, sou do mercado informal
Com minha guia sou, profissional
Sou bom rapaz, só não tenho tradição
Em contrapartida sou de boa família*

*Olha doutor, podemos rever a situação
Pare a polícia, ela não é a solução, não
Não sou ninguém, nem tenho pra quem
apelar
Só tenho o meu bem que também não é
ninguém*

*Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Quando a polícia cai em cima de mim
Até parece que sou fera
Até parece, até parece
Até parece, até parece
Até parece, até parece [...]*

Edson Gomes (Camelô, 1997)

RESUMO

A presente pesquisa analisa a pesca artesanal em sua correlação com a pobreza urbana no município de Raposa-MA. A pesca é uma prática espacial de longa datação histórica, por isso, no decorrer do tempo, sua função passou a ser ditada pelo encadeamento das modificações surgidas. Os processos de industrialização, a globalização e a urbanização são exemplos de interferências na dinâmica da pesca, assim, compreendê-la no contexto urbano e como parte da realização econômica e cultural de Raposa é fundamental. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico de dados primários e secundários por meio de trabalhos de campo. A metodologia escolhida permitiu verificar, a partir dos usos do território, que a economia de Raposa é predominantemente baseada na pesca artesanal e serve de abrigo para várias famílias em situação de pobreza. A atividade pesqueira de Raposa é majoritariamente artesanal e se realiza em circuito, de modo que as etapas de captura, distribuição, comercialização e consumo marcam a paisagem da cidade e se correlacionam ao circuito inferior do território. Em sua totalidade, o circuito espacial produtivo da pesca é composto materialmente por dez portos artesanais, mais de quinze peixarias, duas lojas de artigos para pesca, duas comunidades pesqueiras, vinte e quatro restaurantes e diversas embarcações.

Palavras-chave: Raposa. Pesca artesanal. Pobreza urbana.

ABSTRACT

This research analyzes artisanal fishing in its correlation with urban poverty in the municipality of Raposa-MA. Fishing is a spatial practice with a long historical duration, and over time, its function has been dictated by the chain of emerging changes. Processes such as industrialization, globalization, and urbanization are examples of factors that have influenced the dynamics of fishing. Thus, understanding it in the urban context and as part of the economic and cultural realization of Raposa is essential. For this purpose, a bibliographic survey of primary and secondary data was conducted through fieldwork. The chosen methodology allowed for verifying, based on the uses of the territory, that Raposa's economy is predominantly based on artisanal fishing, which serves as a livelihood for many families living in poverty. The fishing activity in Raposa is mainly artisanal and operates in a circuit, such that the stages of capture, distribution, commercialization, and consumption shape the city's landscape and are correlated with the lower circuit of the territory. The entire productive spatial circuit of fishing is materially composed of ten artisanal ports, more than fifteen fish markets, two fishing supply stores, two fishing communities, twenty-four restaurants, and various boats.

Keywords: Raposa. Artisanal fishing. Urban poverty

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-Taxa de pessoas em trabalhos não regulamentados no território brasileiro, 2023.	15
Figura 2- Produção pesqueira brasileira em 1971.....	38
Figura 3- Proporção de pobres em 2021 por unidade da federação (%).	45
Figura 4-Proporção de pobres (%) – Linha R\$ 497,00 mensais.....	46
Figura 5- Pescaria de curral em Raposa-MA.	51
Figura 6-Construção das moradias em Raposa em 1978.	52
Figura 7- Dinâmicas pretéritas do circuito espacial produtivo da pesca em 1985.	53
Figura 8-Relações produtivas familiares no litoral de Raposa: maré seca – tempo de pausa para o almoço.	68
Figura 9-Pesca utilizando curral (dentro do mar) e manzuá (cesto carregado por pescadores) em Raposa.	69
Figura 10-Fabricação de embarcações no Porto da Jussara.	72
Figura 11-Desembarque de pescado no Porto da Jussara.	72
Figura 12-Pescadores-atravessadores exercendo uma dupla função no circuito. Maré baixa é tempo para distribuir pescados na Raposa	73
Figura 13-Integrações metropolitanas propiciadas pelo circuito pesqueiro: preços baixos, é tempo de abastecer o núcleo familiar.	75
Figura 14- Tipologias das peixarias de Raposa: o tempo impresso nas técnicas da viração.....	78
Figura 15-Fachada do restaurante Atlântico e cozinha do restaurante João da Loira, Raposa.....	86
Figura 16-O circuito superior marginal de revenda de produtos.....	87
Quadro 1-Expansão urbana de São Luís.	47
Quadro 2-Organização do trabalho produtivo da atividade pesqueira.	63
Quadro 3- Síntese do circuito espacial produtivo da pesca de Raposa.	88
Gráfico 1-Tempo de exercício da atividade (em anos).....	80
Gráfico 2-Características dos comerciantes de pescados de Raposa, Maranhão. ...	81
Gráfico 3-Variáveis da comercialização de pescados em Raposa.....	83

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-Localização da Ilha do Maranhão.	16
Mapa 2-Lugares visitados durante o campo.....	19
Mapa 3-Expansão metropolitana condicionada pelo capital imobiliário.	49
Mapa 4-Aglomerados subnormais em São Luís (2010).	49
Mapa 5- Função portuária fora das marés ludovicenses: os portos artesanais em Raposa.....	71
Mapa 6-Locais de comercialização de pescados em Raposa.....	77
Mapa 7-O tempo do trabalho: fluxos dos trabalhadores artesanais de Raposa-MA.	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Pescadores matriculados nas capitanias dos portos entre 1857 e 1861...	34
Tabela 2- Panorama da produção pesqueira brasileira.....	36
Tabela 3- Incentivos fiscais da Sudepe por região em 1974.....	37
Tabela 4-Produção pesqueira do estado Maranhão por tonelada e % no ano de 2005.	43
Tabela 5- Produção e valor do pescado desembarcado no estado do Maranhão, por município, no ano de 2005.	43
Tabela 6- Dados econômicos da Ilha do Maranhão no ano de 2010.	55
Tabela 7- As principais atividades e seu rendimento médio da Região metropolitana Grande São Luís-MA (2015.....	55
Tabela 8-Panorama das atividades comerciais do município de Raposa entre 2011 e 2019.	59
Tabela 9-Preço dos pescados da feira de Raposa-MA.	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: AMARRANDO OS NÓS DA REDE (PESQUISA).....	13
2 O TEMPO DAS MARÉS: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO PARA O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA PESCA ARTESANAL	23
2.1 TÉCNICAS, MODERNIZAÇÕES, POBREZA E O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA PESCA.....	26
2.2 A PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	32
2.3 URBANIZAÇÃO, METROPOLIZAÇÃO E A PESCA ARTESANAL EM SÃO LUÍS.....	39
2.3.1 A URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO DE SÃO LUÍS	46
2.4 USOS DO TERRITÓRIO EM CONTEXTOS METROPOLITANOS: PARTICULARIDADES DO ESPAÇO INTRAURBANO DE RAPOSA E A PESCA ARTESANAL.....	50
3 RAPOSA E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL CONTEMPORÂNEO.....	62
3.1 COMEÇA NAS MARÉS E TERMINA NAS MESAS: AS ETAPAS DO CIRCUITO DE PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL	65
3.2 A PRÁTICA PESQUEIRA EM RAPOSA	67
3.3 O COMÉRCIO DE PESCADOS E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM RAPOSA.....	76
3.4 O CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL: OS RESTAURANTES DE RAPOSA E AS LOJAS DE MATERIAIS DE PESCA.....	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: PEIXARIAS	99
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: PORTOS/ESTALEIROS	100
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: PEIXEIROS AMBULANTES	101
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: COLÔNIA DOS PESCADORES.....	102
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: LOJAS DE ARTIGOS PARA PESCA.....	103
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE CAMPO RESTAURANTES	104
ANEXO A – PLANO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL	105
ANEXO B – QUANTITATIVO DE PESCADORES ARTESANAIS POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1940 E 1970 NO BRASIL	106

1 INTRODUÇÃO: AMARRANDO OS NÓS DA REDE (PESQUISA)



Comunidade pesqueira Mangue Seco. Fonte: elaboração própria, 2022.

Esta pesquisa visou compreender os nexos entre a pesca artesanal e a pobreza urbana no município de Raposa, pertencente à região metropolitana da Grande São Luís (estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 174, de 25 de maio de 2005), no litoral maranhense, Nordeste brasileiro.

A pesca artesanal, definida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, é uma atividade econômica que hoje se realiza tanto no meio rural quanto no urbano. Sua efetivação ocorre graças a uma série de sujeitos que produzem seus instrumentos de trabalho e, ao mesmo tempo, uma rede relacional de materialidades e funções. Logo, no território, as práticas culturais se revelam. A ação de pescar mistura-se com a vida econômica da cidade e indica uma diversidade de usos do território.

Na tentativa de analisar essa prática espacial com baixos níveis de organização, capital, tecnologia e informação, adotamos como categoria de análise o conceito de *território usado*, proposto por Santos (1999). Esta categoria evidencia a natureza dialética do espaço geográfico por meio dos usos do território, que é abrigo de todas as pessoas, instituições e firmas (Santos, 1999).

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (Santos, 2000, p. 5).

Para capturar tais relações a partir da pesca, utilizamos a *teoria dos circuitos espaciais produtivos* (Barrios, 1986; Rofman, 1984; Santos, 1986; Castillo; Frederico, 2010), e a *teoria dos circuitos da economia urbana* (Santos, 2018 [1979]; Arroyo, 2008; Montenegro, 2006, 2012; Silveira, 2011; Cataia; Silva, 2013; Silveira, 2013; Silveira, 2015; Montenegro, 2020). A primeira nos auxilia a compreender a produção, a distribuição, a circulação e o consumo das mercadorias na atualidade e o modo como elas atuam para a hierarquização dos lugares. A segunda nos permite identificar como a distribuição desigual desses arranjos produtivos propiciam a existência de dois circuitos econômicos, regionais ou locais, com diferentes graus de tecnologia, informação e acumulação de capital.

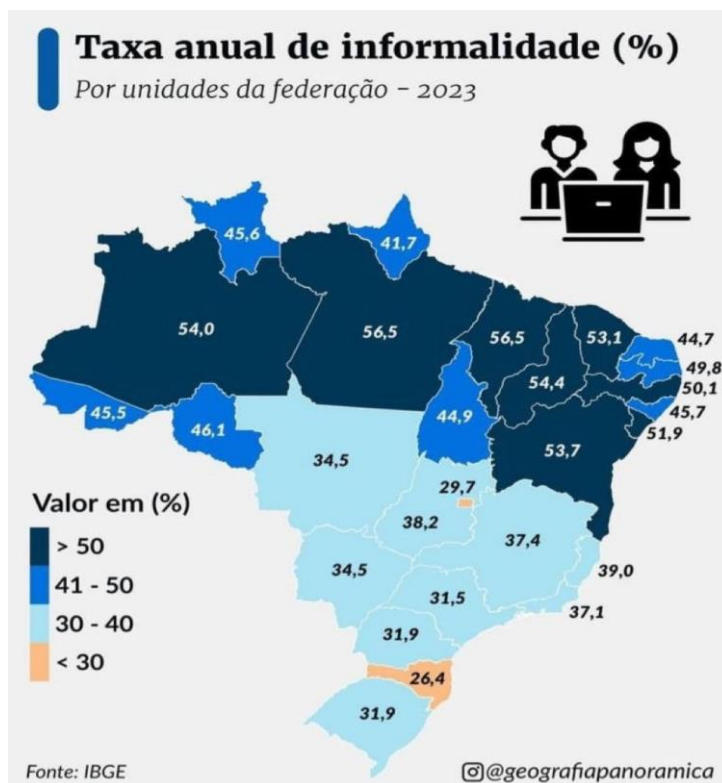
Segue-se desse pressuposto a importância de compreender como os países subdesenvolvidos participam dos fluxos globais, distinguindo-se dos “países industriais pelo fato de os impactos das modernizações serem pontuais” (Santos, 2006

[1978], p. 106). Essas características impactam diretamente a vida dos sujeitos e nas condições em que estes usam o território para a reprodução de suas vidas.

O aspecto central para a construção do raciocínio pretendido nesta pesquisa é que se considere a globalização como criadora de contextos desiguais de existência por meio do trabalho. Assim, as cidades tornam-se escalas de existência de sujeitos com menor poder de consumo, resultando no que hoje se entende por população em situação de pobreza.

A esse termo, nossa entrada analítica se dá a partir do contexto maranhense, unidade federativa com mais pessoas em situação de pobreza. Este fato envolve uma diversidade de usos do território voltados para formas de realização do trabalho na dimensão do circuito inferior (Figura 1).

Figura 1-Taxa de pessoas em trabalhos não regulamentados no território brasileiro, 2023.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Organização: <https://www.geografiapanoramica.com/p/C3avdDOPpbe/>.

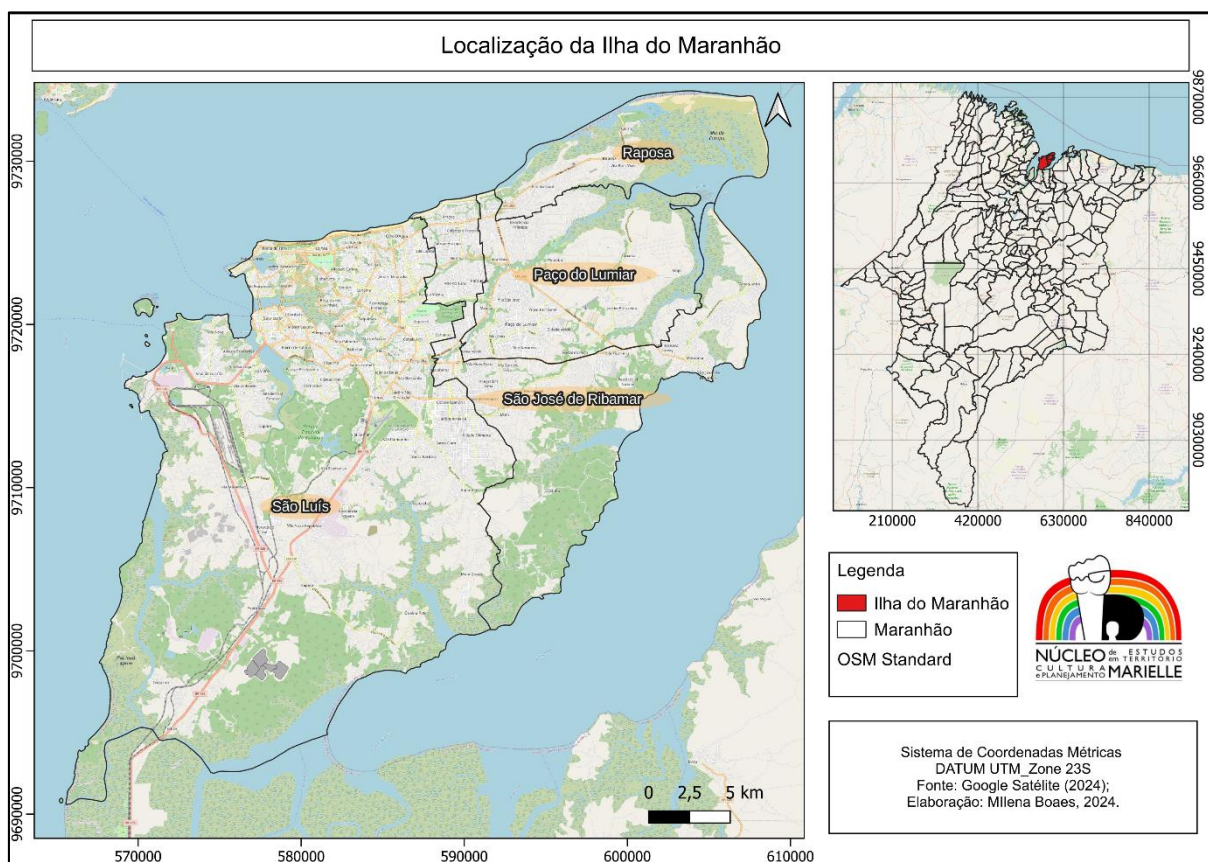
Quanto à Figura 1, vale destacar que a nomenclatura utilizada pelo IBGE é criticada por autores da Geografia, como, por exemplo, Milton Santos, em seu livro “O Espaço Dividido”, uma vez que nomear de “informal” as maneiras pelas quais as

peessoas adquirem renda é, ao mesmo tempo, negá-las como resultado dos próprios arranjos do tempo presente.

Apesar de os dados da informalidade não se referirem diretamente aos agentes que compõem o circuito inferior, eles servem de guia para a análise da concentração de trabalhos sem carteira assinada. Tal como demonstra a Figura 1, as regiões Norte e Nordeste ocupam a primeira posição em relação ao número de pessoas nessa situação, sendo o primeiro lugar duplamente ocupado pelos estados do Pará e do Maranhão, ambos com 56,5%. Outro dado estatístico que chama atenção no território maranhense é o rendimento mensal domiciliar, sendo de R\$ 814,00 (IBGE, 2022) – o mais baixo do país.

Neste contexto está inserido Raposa, recorte empírico deste estudo, com sua intensa dinâmica pesqueira. É um dos municípios centrais em se tratando dos fluxos que condicionam a atividade e estabelece relação com os demais lugares que fazem parte da Ilha do Maranhão (Mapa 1) e da região metropolitana.

Mapa 1-Localização da Ilha do Maranhão.



A Ilha do Maranhão é composta pelos municípios de São Luís (capital do estado), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, igualmente detentores de

dinâmicas atreladas à atividade pesqueira. Dentre estes, Raposa é o que mais abriga pessoas em situação de pobreza, apresentando menor contingente populacional e maior densidade em torno da pesca. A população de Raposa é de 30.839 habitantes, dos quais 33,44% são pobres. São Luís, por outro lado, tem uma população de 1.037.775 pessoas (IBGE, 2022) e uma porcentagem de 13,81% de pessoas pobres, segundo dados do IBGE de 2019.

Há, dessa forma, um elevado grau de vulnerabilidade social no município em questão, mesmo este detendo menor quantitativo populacional em relação às outras unidades circunvizinhas. A discrepância entre os números é um indicativo do caráter desigual que marca a constituição dos lugares.

Nessa perspectiva, a atividade pesqueira emerge como a realização social das necessidades da população. Essa dinâmica é responsável por garantir a permanência dos pobres no espaço urbano, por gerar ocupação e renda para a grande massa que compõe a cidade.

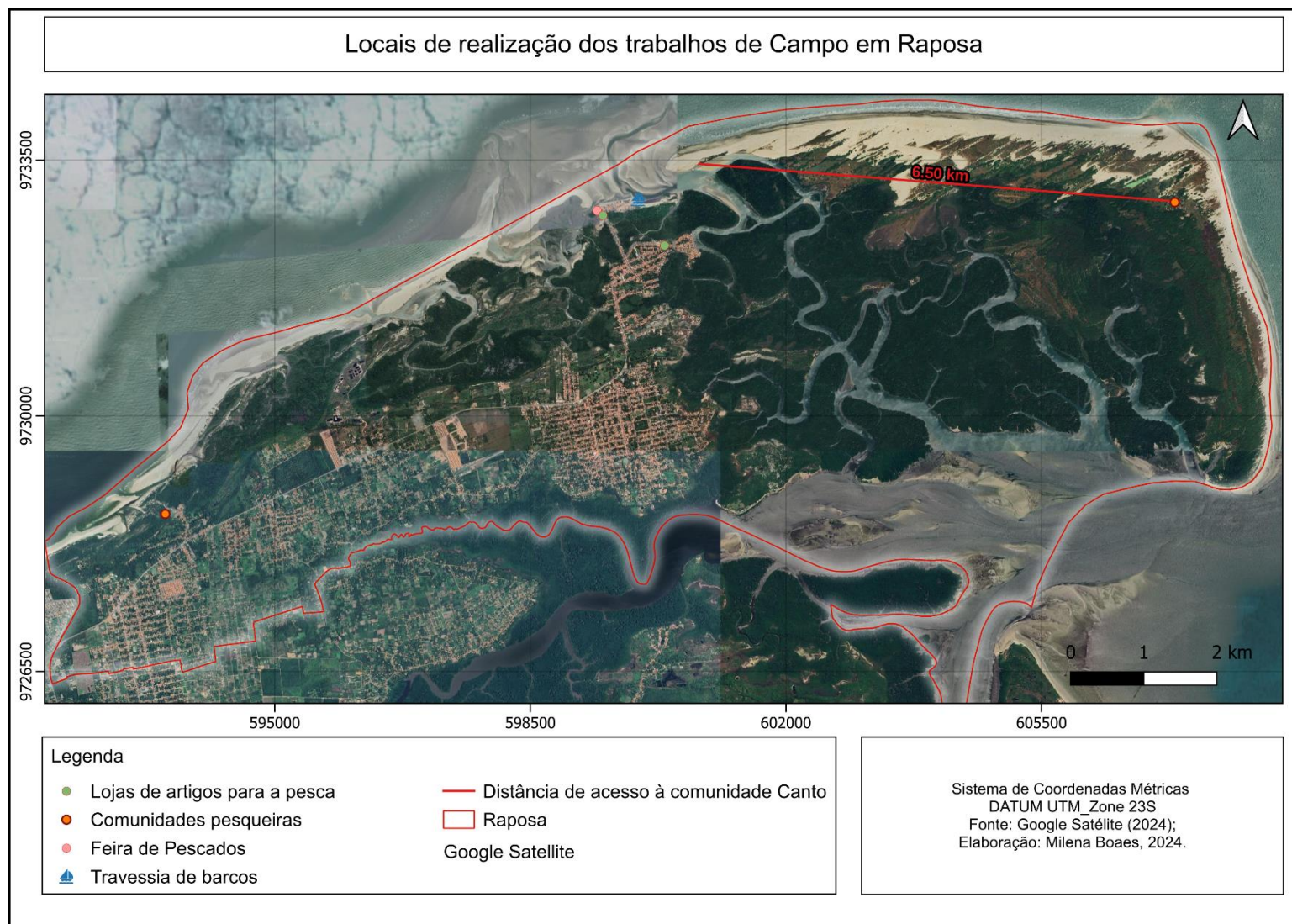
Para investigar a dinâmica pesqueira utilizou-se o método de pesquisa composto por um conjunto de técnicas que propiciaram a melhor análise empírica e teórica dos dados (Moraes; Costa, 1987), incluindo levantamento bibliográfico, trabalhos de campo e trabalhos gráficos.

Nas fases iniciais da pesquisa, durante a formulação do projeto, visitou-se a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima) do Estado do Maranhão com a expectativa de que houvesse materiais quantificados sobre a pesca, tanto de Raposa, quanto de outros municípios. No entanto, a ausência de dados redirecionou a busca por informações on-line, no Sistema de Informações Gerenciais e Inteligência Territorial Estratégica do Maranhão (Sigite) e no IBGE.

Diante da escassez de dados, os trabalhos de campo mostraram-se cruciais para a análise do objeto de estudo. Inicialmente foram realizados três trabalhos de campo, visando uma aproximação das dinâmicas locais, bem como o afinamento dos objetivos da pesquisa e a elaboração do questionário para futuras entrevistas. Ao todo, foram mais de quinze trabalhos de campo e vinte e cinco entrevistas para análise do circuito espacial produtivo da pesca de Raposa. Durante alguns finais de semana o contato diurno e noturno possibilitou a compreensão de que a pesca, além de uma atividade de subsistência, é também parte da cultura da cidade, é o que dá força à convivência cotidiana.

Os primeiros trabalhos se concentraram na comunidade Canto (Mapa 2), localizada na porção leste de Raposa, onde residem cerca de quarenta famílias que sobrevivem da pesca, de subsídios do governo federal e da criação de animais. Enquanto os demais campos foram distribuídos entre peixarias, restaurantes, colônia de pescadores, lojas de artigos para a pesca e portos.

Mapa 2-Lugares visitados durante o campo.



Fonte: elaboração própria, 2022.

O acesso à comunidade se dá por vias marítimas e terrestres. A travessia necessita de embarcações, geralmente canoas, que ficam no cais, no centro da cidade ou na faixa de areia da Ilha de Curupu. O restante do percurso é de 8.50 km de distância em relação ao centro de Raposa, e se faz a pé ou com uso de motocicleta, por conta da presença de dunas.

Durante os períodos chuvosos, a comunidade fica quase totalmente alagada. A profundidade das “poças” entre as casas é de meio a um metro. Fez-se necessário atravessá-las para entrevistar os primeiros moradores da localidade.

No decorrer dos trabalhos de campo, foram aplicados questionários fechados na feira de pescados da Raposa, na colônia Z-53, nos restaurantes, nas lojas de artigos para pesca, nos portos/estaleiros e com pescadores (Apêndices A a F). O objetivo dos questionários foi captar as seguintes variáveis: tecnologia, assalariamento, organização, capital, publicidade, preços, crédito, rendimento e relação com a clientela, sendo estes atributos essenciais para a caracterização das atividades do circuito espacial produtivo da pesca.

Conforme já apontado, um dos principais desafios de se pesquisar o circuito inferior é a ausência de dados. Essa característica atribui aos trabalhos de campo a tarefa de ser fonte efetiva de informações, tornando-o ponto determinante da pesquisa – importância esta que não difere das demais pesquisas em geografia. No entanto, algumas especificidades do objeto de estudo solicitam abordagens individualizadas aos interlocutores, por conta da localização da atividade, da criminalização e da intensa fiscalização. Por esse motivo, abre-se espaço aqui para uma especificação maior dos trabalhos de campo.

Primeiramente, é importante destacar as características gerais do circuito inferior para explorar as diferentes dimensões e trilhas metodológicas que podem ser adotadas. Vale considerar inicialmente a localização da atividade para compreender o perfil das pessoas que a praticam, as quais geralmente se aproveitam de lacunas na oferta de serviços e mercadorias nas cidades, por isso sua fixação no espaço urbano acompanha o fluxo dos trabalhadores. Como exemplo, pode-se citar o caso das mulheres que vendem café da manhã nos pontos de ônibus, os peixeiros que comercializam fixamente ou se deslocam por meio de bicicletas, motocicletas ou automóveis, os ambulantes que adentram o transporte público para comercializar escovas de dentes, remédios, fones de ouvidos etc., ou ainda daqueles que acompanham os eventos culturais da cidade.

Independentemente do produto a ser oferecido para a população, a tendência é que o circuito inferior se instale em locais com alta circulação de pessoas, por isso os centros das cidades são, em sua maioria, os principais pontos de permanência deste circuito.

A questão da localização revela a face dialética dos usos do território, uma vez que se trata de espaços disputados pelos “agentes que compõem o espaço urbano” (Corrêa, 1989). A especulação imobiliária, o poder público e as grandes empresas por vezes entram em atrito com o circuito inferior e, quando é de seu interesse, o expulsam.

O fato de o circuito inferior não ser, muitas vezes, regulamentado pelo Estado o expõe à violência cotidiana. Em alguns casos, as taxas cobradas para a regulamentação da atividade superam a renda dos trabalhadores, tornando-os vulneráveis às ações de *blitz* e ou mesmo à cobrança de propinas por parte de fiscais.

Atreladas a este fato, a intensa circulação dos sujeitos que compõem o circuito, a criminalização de suas práticas e a constante mudança de localização da atividade corroboram as problemáticas metodológicas, uma vez que os interlocutores veem nos pesquisadores uma possível ameaça, por lidarem com a insegurança e com o abuso de poder.

Por conta desse contexto conflitivo, todos os sinais em campo são importantes: o convite para um café, para se sentar, conversar, as indagações feitas pelos próprios interlocutores são sinais positivos, indicando que eles estão confortáveis e se sentem dispostos a responder aos questionamentos.

O modo como o pesquisador se apresenta ao campo também é importante, sendo crucial evitar vestimentas que possam confundi-lo com fiscais. Por exemplo, roupas com logotipos, calças jeans e camisas sociais, assim como crachás e pranchetas, são malvistas e impõem barreiras à obtenção de informações.

Além desses fatores, é essencial estabelecer relações de vínculo com o lugar e demonstrar conhecimento sobre o objeto de estudo – não o conhecimento teórico, mas o popular. Por exemplo, no caso da pesca, os artifícios utilizados foram associações e demonstração de familiaridade com os nomes de suas técnicas.

O comportamento do pesquisador também pode ser uma barreira às informações. É necessário evitar ao máximo o posicionamento em conflitos, a tomada de partido ou discordâncias com as falas dos agentes.

Aceitar alimentos e bebidas oferecidos é central. Há lugares onde a recusa é uma ofensa às pessoas, por esse motivo é importante sempre aceitar os convites, uma vez que isso representa um sinal de proximidade com o cotidiano dos entrevistados.

Vale ressaltar que não se trata de um manual, mas de atitudes que se mostraram positivas diante dos obstáculos encontrados no levantamento de dados empíricos. Essas percepções do campo ajudaram na construção da pesquisa e na reflexão sobre as informações obtidas.

Para a apresentação dos dados coletados, a pesquisa foi dividida em dois capítulos. O primeiro apresenta uma proposta de periodização para o circuito espacial produtivo da pesca artesanal, correlacionando-o com o processo de urbanização e a pobreza na escala da Grande São Luís e em Raposa. O segundo apresenta as dinâmicas atuais do circuito espacial produtivo da pesca artesanal, enfatizando os fluxos estabelecidos entre a captura, a distribuição, a comercialização e o consumo dos pescados.

2 O TEMPO DAS MARÉS: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO PARA O CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA PESCA ARTESANAL



Marcas do tempo no corpo e no espaço: produtor de embarcações no Porto da Juçara.

Fonte: elaboração própria, 2022.

Nessa modernidade há uma promessa de viver a experiência, experiência do tempo e do espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e dos perigos da vida. Vida compartilhada, experiências fragmentadas, experiências metropolitanas onde se têm acesso às modernizações, tecnologias e objetos, acesso como vitrine, nem sempre como acesso real, daí a existência das fragmentações sociais.

Silva e Rainha (2011)

[...] o que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas, ou hegemônicas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da sociedade, enfim. Os outros agentes sociais, hegemônizados pelos primeiros, devem contentar-se de tempos mais lentos.

Santos (2013)

Eu venho pescar durante os finais de semana. Moro lá no Maracanã e venho pra Raposa, sempre pesquei aqui [...] o que pesco fica lá na minha rua mesmo, sempre dou para os meus filhos e deixo um punhado pra minha vizinha. Sabe como tá a situação, né? Nem todo dia ela tem pra dar pros filhos dela.

Entrevista realizada no litoral de Raposa (2022)

O tempo da maré expressa o tempo lento que rege o cotidiano dos agentes da pesca artesanal. A maré é um elemento natural que condiciona o tempo do trabalho, sendo a oscilação entre maré baixa ou alta um determinante do que poderá ser realizado ou não. O conserto de redes, os reparos nas embarcações, o atracar dos barcos nos portos e muitas outras atividades são intercaladas ao vaivém das marés.

Falar sobre tempos de vida distintos é compreender que, no espaço, dois tempos diferentes estão a todo momento em conflito: um é o tempo hegemônico, ligado ao modo de produção operante; o outro é o tempo do lugar, constituído a partir das dinâmicas locais. O primeiro sempre tenta impor a sua ordem.

Nos lugares, o tempo singular é pressionado a sofrer alterações. O lugar, ao ceder às imposições, muda também o conjunto de técnicas e as formas de realização do trabalho, fazendo com que a racionalidade de cooperação seja substituída pela de competição. Neste contexto, não é o lugar que comanda o tempo; já não é mais a maré, mas sim o tempo externo aos lugares e que nele aporta como imposição.

Quando a maré se recolhe, deixa uma marca no chão, de areia molhada. Da mesma forma ocorre no espaço: à medida que novos tempos vão sendo acoplados, as marcas no território são deixadas em formato de técnica.

A atividade pesqueira é um exemplo desse conjunto de técnicas que atravessam o tempo. Resultado de uma mescla de distintos povos e culturas e atravessada por distintos processos históricos, a pesca permanece na atualidade disputando poder de uso dos territórios, principalmente em áreas costeiras.

Pressionados pela expansão urbana, pela especulação imobiliária e pela implantação de empreendimentos, os territórios costeiros têm se tornado cada vez mais espaços soberanos de um só tempo, o tempo rápido, hegemônico. Trata-se de um campo empírico de intensa complexidade, pois apresenta a coalizão entre técnicas, modernizações e a pesca como um circuito produtivo.

2.1 Técnicas, modernizações, pobreza e o circuito espacial produtivo da pesca

As técnicas, as modernizações e a pobreza adquirem relevo no presente estudo. Estes conteúdos espaciais nos permitem pensar a pesca artesanal, contribuindo para a análise das especificidades de realização dessa atividade em cada lugar.

A técnica nos permite estabelecer compartimentações da história, tendo em vista que a sua profusão no tempo ocorre seguida de alterações advindas das modernizações. A técnica pode ser entendida como uma ação particularizada no meio geográfico, uma forma de ação que envolve conhecimento e prática na produção do trabalho, sendo, portanto, uma intermediação entre o sujeito e a realização do seu trabalho. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 2020, p. 29).

O conteúdo técnico dos lugares propicia a compreensão da interação entre o homem-realizador do trabalho, o território-receptáculo ativo da ação e a dimensão política-facilitadora ou limitadora dos usos. Essa fusão de ordens é o que caracteriza a pesca artesanal. Trata-se de uma atividade que ocorre não apenas por influência dos componentes naturais (rios, mares, lagos ou lagoas), mas também pelos usos do território que se colocam pela organicidade entre os sujeitos e suas necessidades comuns.

Em relação aos usos do território, é importante considerar a esfera política, pois ela, por intermédio das legislações, delimita o direito dos agentes, principalmente nas zonas costeiras, áreas de conexão entre terra e mar.

A dissociação entre território, política e trabalho ocorre somente para fins analíticos, pois estes elementos operam conjuntamente no espaço. Defende-se, ainda, que a união destas instâncias, em relação à pesca, se dá por meio da técnica. Esta, como nó territorial entre política, território e trabalho, nos oferece um conteúdo espacial por sua difusão diferencial, principalmente quando realizada em sistema, pois “a instalação dos sistemas técnicos obedece à racionalidade do capital, logo é seletiva” (Cataia; Silva, 2013, p. 71). Os espaços periféricos, por exemplo, são alcançados de maneira dissemelhante em relação às técnicas ligadas ao sistema capitalista.

No caso da pesca, a técnica aparece em diversas dimensões, seja na construção dos artefatos de trabalho e/ou artes de pesca/captura (redes, barcos, canoas etc.), seja nas formas do armazenamento, distribuição e comercialização (caixas, cestos de palha, feiras livres, motocicletas e bicicletas adaptadas).

É a utilização diferencial das técnicas que confirma a distinção entre a pesca artesanal e a pesca industrial. A primeira detém um conjunto de saberes e objetos técnicos do lugar, partindo da organicidade dos lugares e das necessidades comuns dos agentes, enquanto a segunda mostra-se mais dependente de utensílios provenientes da produção capitalista, movida por uma realização na maioria das vezes predatória e mercadológica. Dito em outras palavras: a pesca artesanal e a pesca industrial são duas atividades orientadas por intencionalidades distintas.

A diferenciação entre os objetos, saberes e capitais utilizados nesses dois tipos de pesca marca as implicações das modernizações que atravessam o passado e o presente da pesca. As modernizações são vetores de inovações que alteram a ordem preexistente dos lugares, prevalecendo sobre as instâncias sociais, econômicas, políticas ou mesmo culturais. As inovações-ações ou objetos novos possuem naturezas atreladas aos centros difusores do sistema capitalista, os quais deslocam suas inovações para os países subdesenvolvidos (Santos, 2018 [1979]).

Atualmente, as modernizações são cada vez mais seletivas (Souza, 2000), movidas pelas intencionalidades capitalistas e, por esse motivo, tendem a imprimir ações estranhas aos sujeitos nativos, pautadas nas características de acumulação predatória de capital. Como explica Santos (2013, p. 80), “há, pois, com a modernização, reformulação do sistema urbano e reordenamento das cidades, como resultado das novas formas de realização da vida econômica e social”. Essas alterações na dinâmica da cidade podem inclusive gerar o aprofundamento das mazelas sociais. O caráter seletivo e excludente das modernizações se perfaz principalmente nos territórios dos países subdesenvolvidos. Como aponta Silva (2015, p. 7),

[...] no contexto dos países da América Latina, África e parte da Ásia, essa modernização aparece como modernização incompleta ou modernização excludente, por não permitir o acesso pleno às condições de melhorias de vida a toda a população.

Central neste estudo é entender os impactos das modernizações na economia que se desenvolve em torno da pesca, pois a inclusão de novos objetos

oriundos das modernizações evidencia as distinções de realização dessa atividade. Em alguns lugares, objetos antigos se destacam na prática pesqueira, revelando seu caráter artesanal e orgânico. Por outro lado, a localização de objetos modernos utilizados para a pesca em larga escala demonstra a ligação da atividade com a grande indústria alimentícia.

O fato de existirem duas perspectivas totalmente distintas de realização da atividade pesqueira torna mais complexo o entendimento de sua dimensão econômica e espacial, ou seja, de sua efetivação como circuito espacial produtivo.

a noção de circuito espacial produtivo enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominantes (produtivo) (Castillo; Frederico, 2010, p. 466).

O circuito espacial produtivo da pesca artesanal tem início no mar, por meio da captura. Esta etapa produtiva necessita de objetos técnicos específicos, como tarrafas, currais, embarcações (de grande, pequeno e médio porte), cestos de pesca (cofos) ou carros com câmara frigorífica, malhadeiras, anzóis etc. O conhecimento da dinâmica da natureza e das artes de pesca também é essencial para a captura, por serem elementos que traduzem a cultura e as práticas ligadas a ela.

A distribuição é definida pelas dinâmicas estabelecidas com o deslocamento do pescado, que sai do mar até os pontos de comercialização. Esse transporte é feito pelos próprios pescadores ou por atravessadores – sujeitos que compram os pescados diretamente nos portos e são essenciais para a efetivação da distribuição, dadas as condições morfológicas do ambiente (paisagens formadas por dunas e mangues). Nesta etapa, a infraestrutura da cidade é tensionada e a mercadoria começa a circular para escalas diferentes, aumentando ainda mais seus preços.

A comercialização envolve desde os comerciantes até o consumidor final. A efetivação do comércio na cidade se dá por duas vias, de circuitos econômicos distintos, o superior e o inferior, conforme Santos (2018 [1979]). É nesta etapa que o ramo se torna parte da vida financeira dos sujeitos, sendo, ao mesmo tempo, possibilidade de consumo e de trabalho.

Esses circuitos se distinguem não apenas pelos objetos técnicos utilizados, mas também pelos sujeitos que os compõem. Geralmente fazem parte do circuito

inferior os sujeitos negros, pobres e periféricos. Hoje existe um circuito econômico com baixos graus de tecnologia, capital e organização nas paisagens urbanas de uma vasta porção territorial brasileira. Trata-se de um circuito econômico localizado na contiguidade das cidades, composto por agentes incluídos de maneira diversificada na divisão do trabalho. São populações que pensam conjuntamente as necessidades locais e, a partir desse saber coletivo, formam aglomerados que suprem as lacunas de abastecimento de bens e serviços da urbe.

“Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”. Já o circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (Santos, 2018 [1979], p. 40).

O circuito inferior assume na morfologia urbana as formas de “[...] transportes alternativos, atividades não declaradas, empresas familiares, feiras, formas de subcontratação dinâmicas e solidárias [...]” (Silveira, 2002, p. 15). Estes fixos são tidos como elementos fora dos parâmetros da paisagem urbana, pois não são padronizados, tais como as materialidades do mercado globalizado.

Ao compreender que os circuitos se instalam diferencialmente no interior das cidades, este estudo focaliza a comercialização de pescados por entender que ela abriga os sujeitos pobres, seja os que necessitam dessa atividade para complementar a renda (Queiroz, 2012) ou mesmo aqueles que a têm como única fonte de sustento.

Torna-se, deste modo, indispensável o tratamento da categoria “pobreza” e de suas correlações com a pesca artesanal. A pobreza no Brasil atinge principalmente as pessoas negras, que, na tentativa de sobreviver às restrições de suas classes, se ocupam em setores econômicos menos modernos da cidade.

É necessário ainda estabelecer a concepção de pobreza que melhor explica a situação aqui retratada. Muitas definições acompanham a evolução e os tipos de pobreza vivenciados pelas populações no decorrer do tempo. A pobreza enquanto fenômeno espacial obteve distintas explicações teóricas. Em âmbito nacional, essa definição passou a ser uma tarefa árdua aos pensadores que partiam do contexto brasileiro para a formulação de um conceito. Tal trabalho se mostrava dificultoso por dois motivos: (I) a necessidade de abranger a contemporaneidade da pobreza em suas múltiplas formas de manifestação no território; (II) a incidência e

aceleração de um processo que constituía não só o passado territorial brasileiro, mas também sua atualidade.

Estas dificuldades fizeram os autores considerarem tipos de pobreza para diferentes tempos históricos do Brasil, por conta das implicações de distintas variáveis políticas, econômicas, sociais e espaciais. A esse respeito, Valladares (1991) indica três concepções de pobreza, conforme as mudanças socioespaciais ocorridas no país. Na virada do século XIX para o XX, a autora destaca que a pobreza era associada aos moradores de cortiços, privados de moradias dignas e que sofriam com as epidemias da época. Entre as décadas de 1950 e 1960, a pobreza passou a ser relacionada às favelas, ao mercado de trabalho e também ao debate sobre as modernizações, sendo considerados pobres os sujeitos não assalariados. Emergem neste intervalo o setor moderno, maior promotor de empregos, e o setor tradicional, que abrigava a massa excedente (Valladares, 1991). A terceira concepção de pobreza marcou as décadas de 1970 e 1980, ligada às periferias e à questão da renda.

Se outrora a moradia e o trabalho definiam o sujeito pobre, durante o período mencionado, a renda passou a ser um fator determinante. Desse modo, “a pobreza tornava-se sinônimo de carência, situação em que o atendimento das necessidades biológicas e sociais dos indivíduos ou de suas famílias estava abaixo de um patamar mínimo” (Valladares, 1991, p. 100).

Ainda no que diz respeito às definições de pobreza, Santos (2000) destaca três tipos: a *incluída*, a *marginalidade* e a *estrutural*. Para ele, cada tipo de pobreza acompanha um tempo histórico distinto e, por consequência, uma definição referente ao seu tempo. A pobreza incluída, para o autor, seria “[...] acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano [...]” (Santos, 2000, p. 34). Já a marginalidade estaria associada às possibilidades dos sujeitos de consumir; seria uma pobreza “[...] produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna” (Santos, 2000, p. 34). Por último, a pobreza estrutural se distinguiria das anteriores pelo fato de se tornar generalizada (Santos, 1999), tendo como principais ocasionadores: (I) o modelo de cidadania, (II) as ações conjugadas das estruturas monopolistas e do Estado, (III) o modelo de crescimento adotado.

Há ainda que se considerar a divisão territorial do trabalho como categoria que modifica diretamente a formação da pobreza. A divisão territorial do trabalho “está movida pela forma como a produção atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares” (Santos, 2020, p. 131). É também o fio condutor do

aumento ou da diminuição da pobreza nas cidades por tensionar agentes essenciais à modificação do espaço. Dentre estes agentes, é possível destacar o Estado, as empresas, o território, a sociedade e a própria cidade. Cada um deles exerce diferentes responsabilidades na construção das materialidades e dos conteúdos dos lugares.

Ao Estado cabe organizar o território do ponto de vista da construção de infraestruturas, produção de normas, distribuição social dos recursos, além de outras funções. Seu papel é prioritariamente regulatório. É ele o mediador das relações dos diversos agentes espaciais em distintas escalas. No entanto, a função do Estado passou por alterações, ao mesmo passo que o mercado e as empresas se globalizaram. Com isso, “[...] a burguesia [elite], com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno” (Marx; Engels, 2005 [1848], p. 42). Nesse sentido, as ações do Estado estão mais condicionadas à elite e às empresas.

As empresas são potenciais agentes de uso do território graças ao seu entrelaçamento crescente com a dimensão política. As empresas são responsáveis por ditar a distribuição dos circuitos espaciais produtivos (Moraes, 2017). Assim, a alocação deles em distintos lugares tensiona novas divisões territoriais do trabalho, ou seja, lugares com especialidades distintas em relação à produção, circulação, distribuição e ao consumo.

O território, em seu papel ativo, abriga os agentes e seus diferentes usos, mostrando-se, nesse sentido, democrático por excelência e condicionado por instâncias contrapostas, principalmente a política e a social. Na dialeticidade do território se organiza a sociedade segundo os ditames históricos e político-econômicos, ou seja, “nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda a parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais” (Marx; Engels, 2005 [1848], p. 40). Portanto, a estruturação social não se encerra nos sujeitos, mas se estende às relações destes com o espaço, na maneira como eles o ocupam diferencialmente.

Considerando os agentes responsáveis pelo aprofundamento da pobreza, a variável que orienta pensá-la, na atualidade, é o poder de consumo. Ainda que esse poder dependa da renda, o acesso das pessoas aos produtos globalizados é um índice que propicia a análise dos níveis de pobreza em dado lugar. O poder desigual de acesso aos produtos e a falta de emprego, consequência da redução de ocupações

trabalhistas, fazem com que os agentes urbanos recorram a fontes de renda fora das normas que regulamentam os benefícios trabalhistas.

As desigualdades de remuneração, oferta de emprego e custo de vida fazem prevalecer na cidade duas características díspares de acesso aos bens oriundos da globalização. Uma vez que “o trabalho se diversifica num significativo número de profissões e de papéis territoriais, as possibilidades de emprego se restringem graças à automação e às novas formas organizacionais como a terceirização” (Silveira, 2013, p. 67).

Essa problemática que se perfaz no interior das cidades leva os agentes a buscarem alternativas para garantia de sua sobrevivência. No município em estudo, Raposa, tais alternativas se dão por meio da atividade pesqueira.

Desse modo, os próximos tópicos deste estudo abordarão o conteúdo técnico, a questão da pobreza e do circuito espacial produtivo da pesca em escala nacional e no contexto de Raposa. Ainda que o estudo perpassasse outras escalas que influenciam a dinâmica urbana da cidade, será enfatizada a região metropolitana na qual Raposa se localiza.

2.2 A pesca artesanal no contexto de urbanização do território brasileiro

A pesca artesanal passou por diversas transformações ao longo do tempo e do espaço. Para entender a natureza dessas transformações e sua ocorrência diferencial nos lugares, é preferível retornar ao processo histórico de formação socioespacial brasileira.

A esse respeito, Diegues (1983) assevera existir uma distinção entre o desenvolvimento da força produtiva pesqueira nos países industrializados e naqueles nomeados por ele como países de economia dependente. Estes últimos podem ser considerados subdesenvolvidos, cujo histórico remete ao processo de colonização por exploração. A relação entre metrópole e colônia traduzia bem a criação da dependência. Nesse contexto, a função primordial dos territórios colonizados era ofertar matéria-prima em resposta a comandos externos.

No continente americano, mais especificamente na América Latina, a expropriação do território por parte dos europeus evidenciava a face predatória da

colonização. O resultado disso foi a acumulação de capital por parte da metrópole e o atraso no desenvolvimento técnico da colônia, principalmente na produção pesqueira:

Em menos de 50 anos, os românticos barcos a vela, que levavam meses para ir da Inglaterra ao Canadá, foram substituídos por enormes arrastões ou mesmo por fábricas flutuantes que industrializam o pescado a bordo. Ao contrário do Brasil, em que hoje a tonelagem média dos barcos de pesca empresarial-capitalista não ultrapassa as 80 toneladas, nos países europeus a média se situa entre 300 e 800 toneladas (Diegues, 1983, p. 47).

Enquanto o avanço técnico da produção (redes de arrasto, navios com potenciais de armazenamento dos pescados, entre outros) alavancou a produção pesqueira industrial e a expansão dos locais de exploração, o retardo técnico e a consideração dos oceanos como bem comum, segundo o autor, levaram à massiva exploração das águas de países menos desenvolvidos, incluindo os da América do Sul.

No Brasil, a urbanização tardia e o caráter centralizador da difusão do meio técnico-científico e informacional reverberaram na produção pesqueira, tanto artesanal quanto industrial. Desse modo, é necessário compreender as implicações da urbanização na realização da pesca. Não cabe aqui retomar a história da urbanização brasileira ou maranhense, da Grande São Luís ou do município de Raposa especificamente, muito menos a história da atividade pesqueira artesanal. O que interessa, de fato, é compreender o entrelaçamento do processo de urbanização com a dinâmica espacial marcada pela atividade pesqueira, a fim de interpretar a pesca artesanal e a pobreza no meio urbano.

Sabe-se que o papel produtivo do Brasil se desenvolveu segundo as necessidades de abastecimento do comércio europeu. A colonização resultou na perseguição dos povos originários, bem como na escravização dos povos nativos e africanos, gerando impactos na formação populacional e cultural, somados a uma diversificação nos usos do território.

Quanto a este último aspecto, vale destacar a formação das primeiras cidades e as consequentes mudanças na prática pesqueira. Para Ramalho (2014), a atividade pesqueira durante o Brasil Colônia e Império,

[...] embora sofresse o peso da sociedade escravocrata, transformou-se em um espaço de resistência, de autonomias possíveis, destoando da condição submetida a vários outros ofícios, a vários outros trabalhos, que eram vistos, sentidos e vividos como opressão (Ramalho, 2014, p. 279).

A liberdade dos povos os levava a buscar fixação em lugares onde podiam obter o sustento de suas famílias. Como afirma Mattos (2020), em meados de 1822, migrantes e ex-escravizados seguiram em direção aos centros urbanos procurando trabalho e terra, e acabaram se instalando em rios e zonas costeiras para exercer a atividade pesqueira. A Tabela 1 demonstra um dos primeiros dados quantificáveis de pescadores do território nacional.

Tabela 1- Pescadores matriculados nas capitanias dos portos entre 1857 e 1861.

ANOS	1857		1858		1859		1860		1861	
Províncias	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pará	-	-	11	0,1%	-	-	-	-	-	-
Maranhão	126	1,6%	79	0,9%	81	0,9%	128	1,4%	148	1,7
Pernambuco	751	9,4%	-	-	745	8,3%	751	8%	-	-
Bahia	3893	48,6%	4052	51%	4158	46,5%	4207	45,7%	4369	50%
Alagoas	81	1%	70	0,8%	70	0,8%	194	2,1%	272	3,1%
Rio de Janeiro	1882	23,5%	1894	23,8%	1889	21%	1894	20,5%	1895	22%
Rio G. do Sul	420	5,2%	392	5%	403	4,5%	405	4,4%	514	6%
Santa Catarina	70	0,8%	114	1,4%	104	1,2%	90	1%	90	1%
Paraná	320	4%	286	3,5%	-	-	31	0,3%	-	-
São Paulo	-	-	178	2,2%	178	2,0%	178	2%	54	0,6%
Piauí	40	0,5%	42	0,5%	52	0,5%	24	0,3%	-	-
Ceará	-	-	360	4,5 %	710	7,9%	709	7,7%	701	8,1%
Sergipe	65	0,8%	96	1,2%	115	1,2%	159	1,7%	151	1,7%
Espírito Santo	335	4%	373	4,7%	422	4,7%	426	4,6%	395	4,5%
TOTAIS	8005		100%		7947	100%	9196	100%	8596	100 %

Fonte: Silva (1988, p. 15).

Na província do Maranhão estavam cadastrados 126 pescadores no ano de 1857. O cadastramento era feito para assegurar a segurança do litoral e das hidrovias brasileiras, como sugere Silva (1988). Ainda conforme o autor,

posteriormente, no início dos anos 1900, estes pescadores foram organizados em “capatazias” (unidade regional numa reserva naval) para garantir maior controle da circulação de pessoas e mercadorias. A partir de 1962 a pesca passou a ser fomentada por estudos que pensavam o seu desenvolvimento e a ampliação da produção por meio de políticas públicas.

Nesse contexto, destaca-se a intensa urbanização do território brasileiro. Representado pela segregação, esse processo atinge seu ápice no atual período histórico, com a fragmentação – um conceito polissêmico, multidimensional, multiescalar e que merece reconhecimento por suas “particularidades em países da periferia do capitalismo, onde clivagens de diferentes matizes e formas acentuadas de diferenciação e desigualdade dão muitas tonalidades a ele” (Sposito; Sposito, 2020, p. 8).

A fragmentação ajuda a explicar o avanço desigual do processo de urbanização no Brasil, o qual se inicia no litoral, com a formação das primeiras cidades e o enfoque na atividade agroexportadora e no trabalho escravo. Além disso, ressalte-se o fato de as primeiras cidades terem sido centros de tomadas de decisão comandadas por forças externas.

Tal processo se aprofunda a partir de 1930, junto com a industrialização. Apesar de rarefeita, a industrialização impulsionou a concentração demográfica, principalmente no Sudeste brasileiro. Cano (1977) aponta que em 1970, só a região metropolitana de São Paulo abrigava 34% de 48% dos empregos industriais formais. No entanto, a reestruturação produtiva culminou no parcelamento, cada vez mais intenso, do processo produtivo, e posteriormente outras regiões, cada uma a seu modo, passaram a constituir especializações produtivas.

Sobre a difusão da urbanização para o restante do país, algumas políticas de desenvolvimento se destacam, a exemplo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Sudene e Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe).

Esta última, a Sudepe, pode ser considerada um dos principais vetores de modernizações da pesca brasileira, com escala de criação nacional e impactos principalmente na atividade pesqueira artesanal, consistindo em uma política de promoção à pesca industrial, apesar de, por vezes, dar enfoque à pesca artesanal, uma vez que o objetivo da política desenvolvimentista era “[...] a renovação ou adaptação da frota pesqueira, em consonância com a necessidade de diversificar

capturas e dar um melhor aproveitamento aos recursos oceânicos fora do alcance da pesca artesanal” (Sudepe, 1985, p. 35).

Na referida década, o Brasil produzia cerca de 526 mil toneladas de pescado (Tabela 2), sendo a pesca artesanal a grande responsável por esse quantitativo, superando a pesca industrial.

Tabela 2- Panorama da produção pesqueira brasileira.

ANOS	ARTESANAL		INDUSTRIAL		TOTAL
	TONELADAS	%	TONELADAS	%	TONELADAS
1970	270.822	57,2	255.470	42,8	526.292
1971	346.197	58,5	245.344	41,5	591.543
1972	360.937	59,7	243.736	40,3	604.673
1973	423.699	60,6	275.103	39,4	698.802
1974	437.622	59,8	293.686	40,2	731.308
1975	476.546	62,7	283.196	37,3	759.792
1976	399.253	60,6	259.594	39,4	658.847
1977	379.439	50,4	373.168	49,6	352.607
1978	392.265	48,6	414.063	51,4	806.328
1979	345.954	40,3	512.224	59,7	858.183
1980	404.281	49,1	418.396	50,9	822.677
1981	427.620	51,3	405.543	48,7	833.163
1982	445.532	53,4	388.401	46,6	833.933
1983	451.571	51,3	429.126	48,7	880.696

Fonte: Sudepe/IBGE (1985, p. 37).

A Tabela 2 revela que, mesmo após a implementação da Sudepe e de suas respectivas políticas de incentivo à industrialização da pesca brasileira, a prática artesanal era quem mais contribuía para a produção, abastecendo o mercado interno e externo, como destaca o texto abaixo:

A produção da pesca artesanal é, na sua maioria, destinada ao mercado interno, comercializada de forma *in natura* ou resfriada, sendo, porém, parte dela comercializada junto às empresas industriais, cujo destino é, em geral, o mercado externo (Sudepe, 1985, p. 3).

Apesar da maior relevância da pesca artesanal em relação à industrial, o incentivo fiscal da Sudepe foi direcionado para o setor industrial (Tabela 3). No entanto, a própria Superintendência evidenciou o baixo desempenho da atividade e destacou que um dos principais motivos dessa política era a “falta de tradição da maioria dos empresários na atividade pesqueira” (Sudepe, 1985, p. 10). Ainda que as estimativas fossem negativas em relação ao investimento feito, uma das metas da Sudepe era realizar a “modernização do setor pesqueiro artesanal”, por isso pretendia

[...] racionalizar e ampliar a eficiência técnica da pesca extrativa, mediante implementação de tecnologias apropriadas às particularidades regionais, além de medidas que [promovessem] a economia de combustível e de uma regulamentação adequada para uso dos recursos pesqueiros (Sudepe, 1985, p. 18).

Tabela 3- Incentivos fiscais da Sudepe por região em 1974.

Região	Nº de empresas Incentivadas	%	Valor em 1000\$	%	Produção marítima * desembarcada (em toneladas)	%
Norte	3	2,5	26.765	2,5	62000	5,6
Nordeste	1	0,8	2.197	0,3	157000	24,3
Sudeste	62	53,0	642.240	61,3	191000	30,0
Sul	51	43,5	375.708	36,9	231000	36,0
Total	117	100,0	1 046 910	100,0	641000	100,0

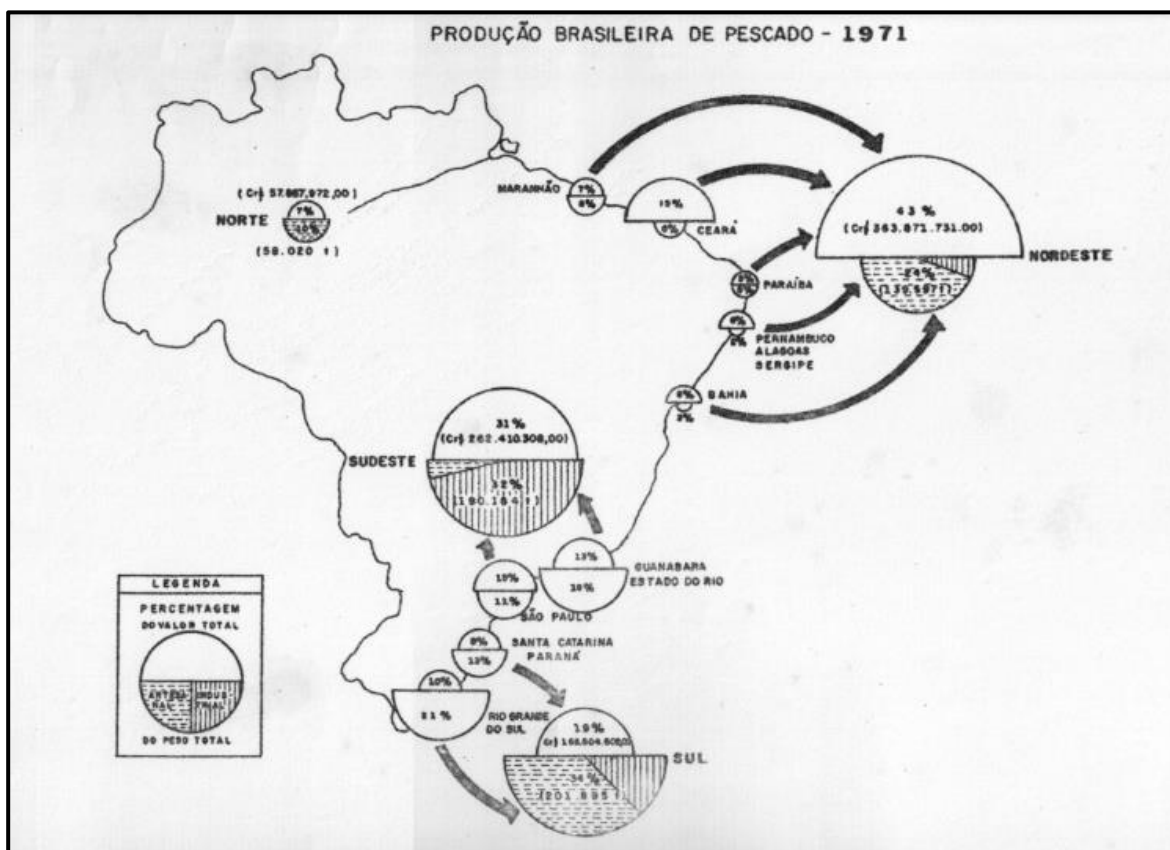
Fonte: Diegues (1983, p.134).

Como é possível verificar por meio dos dados, o menor quantitativo de empresas incentivadas era do Nordeste, apesar de conter a terceira maior produção marítima. Este fator também destaca a ausência de indústrias ligadas à produção pesqueira.

Ainda que aos olhos do Estado a técnica da pesca artesanal não fosse suficiente para abastecer o comércio local comparada à pesca industrial, estatisticamente ela se mostrava efetiva no atendimento às necessidades locais, não se fazendo necessária a inserção de objetos técnicos novos, mas sim de incentivo financeiro aos trabalhadores.

A Sudepe perdurou até 1989. No entanto, o setor manteve-se ativo e com grande densidade em todo território brasileiro (Figura 2).

Figura 2- Produção pesqueira brasileira em 1971.



Fonte: Sudepe (1975, p.8).

A regionalização da produção pesqueira evidenciava a posição de destaque da região Nordeste, que ocupava o primeiro lugar, representando 43% de toda a produção brasileira – mais da metade artesanal. Em segunda posição estava o Sudeste, com 31%, sendo a maioria da produção industrial. Em terceiro e quarto lugar, respectivamente, o Sul com 19% e o Norte com 7%.

O volume da produção tem total correlação com o quantitativo de mão de obra envolvida na atividade. Dados de 1975 da Sudepe contabilizaram cerca de 147.158 trabalhadores da pesca, dos quais 19.555 se situavam no Sul; 19.949 no Sudeste; 31.620 no Norte; e 76.034 no Nordeste. Nas duas regiões com maior número de pescadores, dois estados se destacavam: no Norte, o Pará, com 23.484, a maior quantidade de pescadores do país; no Nordeste, o Maranhão, com 18.583. Por meio das estatísticas é possível observar uma tendência à concentração da atividade pesqueira nas porções Norte e Nordeste do país, sendo esta concentração inversamente proporcional à concentração da urbanização.

No item a seguir, é apresentado a concentração do processo de urbanização diferencial no território brasileiro, bem como a permanência e a densidade da atividade pesqueira nos espaços onde a urbanização ocorreu de forma tardia.

2.3 Urbanização, metropolização e a pesca artesanal em São Luís

Iniciamos este tópico da pesquisa apresentando os dados referentes à pesca artesanal no estado do Maranhão, até chegarmos ao contexto metropolitano no qual o município de Raposa está inserido. O central desta seção é demonstrar a pesca artesanal como um “eixo de coexistência” (Santos, 2018 [1979], p. 104) no espaço maranhense e na região metropolitana de São Luís.

No contexto socioespacial brasileiro, o Maranhão detém diversas problemáticas sociais, estando sempre em posições privilegiadas quando se trata de rankings negativos. É considerado o estado mais pobre da federação e possui uma das menores taxas de urbanização. Por outro lado, apresenta uma densidade considerável na realização da atividade pesqueira artesanal.

Para compreender os contornos históricos que contribuíram para as problemáticas maranhenses, recorre-se a uma breve periodização a fim de (I) resgatar a inserção do Maranhão na dinâmica produtiva, (II) identificar os principais circuitos espaciais produtivos ao longo do tempo, (III) e entender sua constituição enquanto estado pesqueiro.

Os circuitos espaciais produtivos são cruciais para a compreensão da fixação de etapas produtivas no espaço e das possibilidades espaciais para sediar a produção. No Maranhão, a especialização produtiva voltada para agricultura e outras atividades consideradas primárias indica uma tendência à baixa tecnificação do território e, por sua vez, uma menor desenvoltura na produção de infraestrutura urbana.

No início do período colonial, o povoamento do Maranhão se concentrava principalmente na Ilha. Entre as atividades produtivas se destacavam a cultura da cana-de-açúcar e do fumo, a fabricação de aguardente e a criação de gado, distribuídas e realizadas no território da seguinte maneira:

[...] existiam, então, dois engenhos e seis “molinetes” de aguardente na ilha, seis em Alcântara, três no Mearim, seis no Itapecuru, três no Munin e dois no Gurupi. Assim, havia na capitania cerca de vinte engenhos, destacando-se o vale do Itapecuru e a região de Alcântara como principais centros produtores. Todo o Estado tinha, nesse ano, cerca de 1378 vizinhos. Ao lado da atividade canavieira destaca-se a pecuária bovina na baixada em torno do golfão, a cultura de fumo na ilha, havendo também abundância de frutas de mantimento de qualidade (Andrade, 1967, p. 39-40).

Neste período havia pouca circulação de capital, e a escravização dos povos africanos e indígenas era massiva, sendo eles utilizados tanto como mão de obra quanto como mercadorias. Conforme Andrade (1970), as desigualdades sociais já eram latentes mesmo em São Luís, onde a população escravizada, as pessoas livres e pobres não estavam inseridas na distribuição de renda.

Restavam a pesca, a caça e o cultivo da terra como possibilidades de existir no meio desigual. Estes alimentos disponíveis “[...] formaram na plebe maranhense um espírito de independência que possibilitou a sua participação nas lutas [...]” (Andrade, 1970, p. 46). Isso implica dizer que a diversidade natural local contribuía para a alimentação do povo pobre, demonstrando os primeiros laços entre a pesca artesanal e a pobreza maranhense.

Por conseguinte, se faz necessário observar como os produtos maranhenses se comportavam no mercado internacional. Entre os circuitos espaciais produtivos no século XVIII podem ser mencionados o algodão, o arroz e o couro. Segundo Paula e Holanda (2011), a exportação destes produtos inseriu o Maranhão na divisão internacional do trabalho, com destaque para o algodão, que era enviado diretamente para a Europa e competia com o comércio dos Estados Unidos, que fornecia o mesmo produto.

Durante o século XIX, “o Maranhão entra numa fase de decadência econômica. A abolição da escravidão encontrou o Maranhão em situação adversa de mercado para seus produtos e sem reserva de trabalho livre” (Paula; Holanda, 2011, p. 51). Há, conforme assinalam os autores, uma ênfase maior nas atividades de subsistência, incluindo a pesca. Neste período se destacavam, além do algodão, a cana-de-açúcar e o babaçu, porém “[...] só a partir de 1916 este último passou a ter colocação no mercado internacional” (Andrade, 1970, p. 55). Ainda que em baixa e com meios de produção primitivos, o algodão continuava sendo uma atividade predominante, e seu circuito espacial produtivo foi responsável pelo princípio da industrialização do Maranhão, com a espacialização de “[...] 11 fábricas de tecidos: 3 em Caxias, 1 em Codó e 7 em São Luís” (Andrade, 1970, p. 56).

A industrialização do Maranhão, porém, não se realizou nos termos das regiões mais adiantadas do Brasil. Sua posição geográfica e a dificuldade de transportes, conseqüente da quase ausência de ferrovias e rodovias e da incerta navegabilidade dos seus rios, contribui para isso. Além disso, o esgotamento dos seus solos, o atraso de sua agricultura, a concentração das riquezas nas mãos de uma minoria pouco empreendedora, a má saúde, a falta de iniciativa da população pobre e a abundância de alimentos em rios e em suas matas, como que levaram a inércia, à paralização e o Estado à decadência (Andrade, 1970, p. 56).

A partir da década de 1940, tal como assinalam Paula e Holanda (2011), tem início a inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho. Os fatores contribuintes para isso foram a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), as superintendências de desenvolvimento macrorregionais e as já citadas Sudene e Sudam. O estado tem nesse período alta na produção de arroz e babaçu, mas o arroz entra em decadência graças à mecanização da produção no Sul do país e das lavouras (Paula; Holanda, 2011).

Entre as décadas de 1970 e 1980 o aprofundamento da urbanização começa com a reinserção do Maranhão no mercado internacional, principalmente por conta do Plano Nacional de Desenvolvimento (Brasil, 1986) e do incremento de infraestrutura urbana, o que possibilitou o escoamento da produção e a fluidez do território. Alguns desses projetos foram:

[...] minero-metalúrgicos, com destaque para a Alumar – indústria de base operando no beneficiamento da bauxita oriunda do Pará, produzindo alumina e alumínio; e Projeto Grande Carajás envolvendo três estados: Pará, Maranhão e Tocantins – extração de minérios, principalmente de ferro da Serra dos Carajás (PA), sendo transportadas por trem da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) através da Estrada de Ferro Carajás até o Porto da Ponta da Madeira, em São Luís, para exportação. (Paula; Holanda, 2011, p. 54).

A urbanização Maranhense se dá, portanto, de forma tardia em relação aos demais estados, começando suas transformações mais significativas a partir da capital, São Luís, que viria a se tornar um polo atrativo de migrações. Por outro lado, deve-se considerar os contornos da pesca artesanal no estado em uma fase de modernização do território e de disputa por usos dele.

O Maranhão é o segundo estado de maior área litorânea do país, com cerca de 640 km de extensão, onde há grande diversidade natural, incluindo bacias hidrográficas e manguezais que compõem a paisagem local. A Ilha do Maranhão é

banhada pelas baías de São Marcos e São José, nas porções a nordeste e noroeste, respectivamente.

Além dos quatro municípios que compõem a Ilha, existem mais 22 municípios costeiros, totalizando 26. Nesses lugares estão distribuídas 278 comunidades pesqueiras, entre as quais se destacam: a noroeste, Porto de Carutapera, no município de Carutapera; Porto de Porto Rico, no município de Porto Rico; Porto de Apicum-Açu, em Apicum-Açu; Guajerutiua, no município de Cururupu, na região do Golfão; Porto de Raposa, no município de Raposa; Porto de São José de Ribamar, no município homônimo; a nordeste, Atins, no município de Barreirinhas; Porto de Tutóia, no município de Tutóia; e Carnaubeiras, no município de Araiões (Fundação Prozee, 2006).

As comunidades pesqueiras artesanais são definidas como:

I - Comunidades tradicionais pesqueiras: os grupos sociais, segundo critérios de auto-identificação, que tem na pesca artesanal elemento preponderante do seu modo de vida, dotados de relações territoriais específicas referidas à atividade pesqueira, bem como a outras atividades comunitárias e familiares, com base em conhecimentos tradicionais próprios e no acesso e usufruto de recursos naturais compartilhados (Brasil, 2020).

Para além das definições, deve-se buscar os significados da existência das comunidades pesqueiras. A própria palavra “comunidade” expressa modos de vida social com sentidos e valores comuns, ou seja, grupos sociais com um sentido comum de usos do território.

No Maranhão, a permanência das comunidades pesqueiras apesar dos diversos projetos modernizantes maranhenses (Alves; Silva, 2020; Cruz, 2022) reflete a força da ação dos sujeitos integrantes das comunidades. A pesca é um eixo de coexistência, pois persiste como condicionante da ação de uma série de lugares.

Conforme os dados da Fundação de Amparo à Pesquisa de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Fundação Prozee, 2006), a produção pesqueira marinha e estuarina do Maranhão atingiu, no ano de 2005, 40.102,9 toneladas, como demonstra a Tabela 4:

Tabela 4-Produção pesqueira do estado Maranhão por tonelada e % no ano de 2005.

Classes	Produção (t)	%
Peixes	31.680,6	79,0
Crustáceos	6729,6	16,8
Moluscos	1692,7	4,2
TOTAL	40.102,9	100,0

Fonte: Fundação Prozee (2006).

Os principais lugares que contribuem para essa produção são Raposa, Cururupu e Carutapera, que apresentaram o maior volume de desembarques, correspondendo, respectivamente, a 10,9%, 9,4% e 6,3% da produção pesqueira desembarcada no litoral maranhense no ano de 2005, conforme dados do Prozee (2006).

Ainda segundo a mesma fonte de dados, a frota pesqueira do Maranhão é constituída de 9.139 embarcações, sendo principalmente canoas (a vela e a remo) e bianas motorizadas.

Em termos produtivos, foi de 144,4 milhões a receita gerada pela atividade pesqueira em 2005, com destaque para os municípios de Cururupu (9,6%) e Raposa (9,2%). A Tabela 5 demonstra o valor agregado dos municípios maranhenses.

Tabela 5- Produção e valor do pescado desembarcado no estado do Maranhão, por município, no ano de 2005.

Município	Produção estimada (t)	Valor da produção (R\$)	%
Carutapera	2.541,6	11.320.060,29	7,8
Luiz Domingues	704,2	2.504.236,09	1,7
Godofredo Viana	935,3	4.553.826,59	3,2

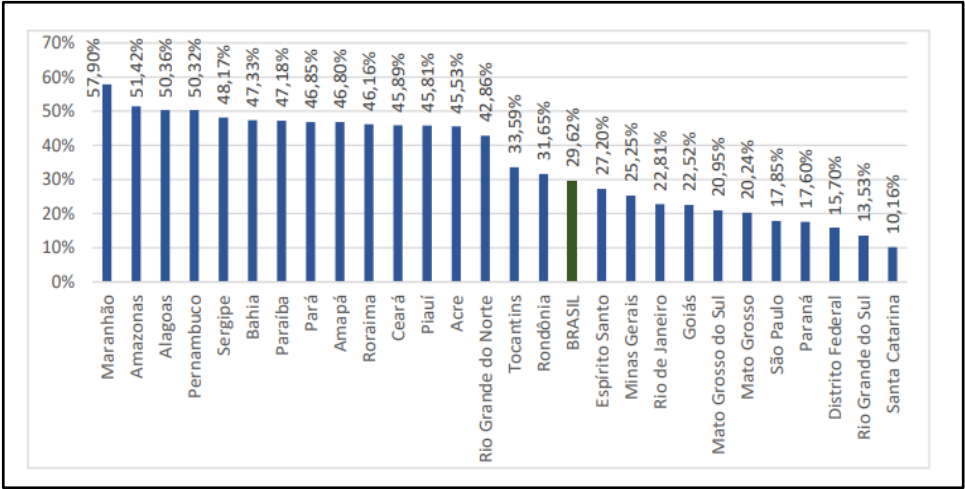
Cândido Mendes	1.465,7	6.527.490,93	4,5
Turiação	1.408,4	6.792.235,93	4,7
Apicum-açu	1.736,4	6.430.056,70	4,5
Bacuri	1.017,9	3.467.772,40	2,4
Cururupu	3.773,2	13.880.236,82	9,6
Porto Rico	1.568,8	5.792.153,56	4,0
Cedral	1.998,9	7.915.775,78	5,5
Guimarães	1.005,5	3.587.012,68	2,5
Bequimão	746,0	2.470.845,45	1,7
Alcântara	1.210,3	4.591.844,28	3,2
São Luiz	2.177,4	8.018.568,50	5,6
Raposa	4.374,7	13.280.361,13	9,2
Paço do Lumiar	747,8	1.839.501,44	1,3
São José do Ribamar	2.349,1	8.417.334,14	5,8
Icatu	1.373,7	4.291.323,30	3,0
Axixá	403,2	1.344.584,43	0,9
Humberto de Campos	913,3	2.766.336,50	1,9
Primeira Cruz	1.098,9	3.222.910,04	2,2
Barreirinhas	2.249,7	7.353.590,15	5,1
Tutoia	2.120,8	8.884.888,41	6,2
Araioses	1.817,8	4.002.211,24	2,8
Água Doce	241,6	692.247,06	0,5
Paulino Neves	123,0	436.539,22	0,3

TAL	40.103,2	144.383.943,06	100,0
-----	----------	----------------	-------

Fonte: Fundação Prozee (2006).

A dinâmica pesqueira do estado do Maranhão se dá não apenas por suas possibilidades naturais, mas também por fatores sociais e econômicos. A pesca artesanal desempenha um papel importante na cidade de Raposa, pois se mantém como uma atividade econômica e cultural significativa (Figura 3).

Figura 3- Proporção de pobres em 2021 por unidade da federação (%).



Fonte: Fundação Getulio Vargas Social (FGV Social, 2022), a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC/IBGE) de 2021.

A economia maranhense apresenta baixa densidade industrial e está pautada principalmente em produtos primários. O estado possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 110,2 bilhões de reais (2021), com 4.260 estabelecimentos responsáveis por 10,3% dos seus empregos formais (Bispo, 2020). Por outro lado, a taxa de “informalidade” do estado é umas das maiores do país, chegando a 55,6% no ano de 2023, segundo dados do IBGE (2021).

Nos últimos anos da década de 2000 até a atualidade, três vetores principais impulsionaram o dinamismo da economia maranhense, como afirmam Paula e Holanda (2011): a expansão das exportações de *commodities* minerais e agrícolas; o aumento das transferências federais; e a ampliação do crédito ao consumo e do financiamento imobiliário.

Apesar do dinamismo econômico, a concentração de pobreza não deixou de ser um problema. Acompanhando as porcentagens de pobreza (Figura 4), é possível observar que os números são alarmantes – mesmo no contexto metropolitano, onde a concentração de empregos é maior.

Figura 4-Proporção de pobres (%) – Linha R\$ 497,00 mensais.

FGV SOCIAL		2021		2020		2019		2018		2017	
UF	Estrato	%	Class	%	Class	%	Class	%	Class	%	Class
Maranhão	Litoral e Baixada Maranhense	72,59%	1	60,72%	3	68,29%	1	66,66%	4	68,02%	
Maranhão	Leste Maranhense	65,83%	6	58,11%	5	64,79%	3	63,72%	6	64,88%	
Maranhão	Entorno metropolitano de Teresina no Maranhão	59,15%	15	39,69%	44	36,56%	56	40,57%	50	42,19%	
Maranhão	Centro-Oeste Maranhense	59,00%	16	48,59%	20	56,81%	11	61,37%	8	56,68%	
Maranhão	Entorno metropolitano de São Luís	57,62%	18	40,92%	39	45,74%	38	48,78%	31	56,18%	
Maranhão	Centro-Sul Maranhense	50,23%	37	43,78%	32	45,70%	39	47,34%	38	46,57%	
Maranhão	São Luís	37,86%	58	36,55%	49	32,95%	61	32,64%	59	33,40%	

Fonte: FGV Social (2022), a partir dos microdados da PNADC/IBGE.

No entorno metropolitano de São Luís, o total de 57,62% corresponde aos municípios da Ilha, cuja população apresentava renda média de aproximadamente R\$ 497,00 mensais. Cabe, dessa forma, compreender como a urbanização e a metropolização, juntamente com outros processos espaciais corroboraram para o aprofundamento da pobreza.

2.3.1 A urbanização e metropolização de São Luís

O processo de urbanização de São Luís pode ser dividido em três períodos: o primeiro, de 1970 a 1980; o segundo, de 1981 a 2000; e o terceiro, de 2001 a 2015. O primeiro período é marcado pela inserção dos vetores de modernização oriundos do contexto nacional, resultando na instalação de algumas empresas além do núcleo antigo da cidade. Nesse contexto, tem início o uso corporativo do espaço rural da Ilha e a formação de diversos novos bairros (Quadro 1), habitados por uma população vinda do campo que não foi inserida nos novos circuitos espaciais produtivos da urbe.

Quadro 1-Expansão urbana de São Luís.

Área	Habitantes	%
Centro antigo da cidade	133.389	20,9
Bairros populares na periferia do centro (⅔ vivem em condições de favelados)	129.661	20,4
Conjunto habitacionais	137.851	21,6
ocupações ¹ , favelas	194.799	30,6
Áreas nobres	19.621	3,2
Área rural	21.616	3,4
Total	636.937	100,0
Principais invasões		
Área Itaqui-Bacanga	78.721	
Área do Coroadiço	29.448	
João de Deus-são Bernardo	30.389	
Área vizinha ao Distrito industrial (BR135)	25.250	
Os dados são da SUCAM (1986). Há 139.986 famílias com uma média de 4,55 pessoas por família.		

Fonte: Gistelinck, 1989, p. 31.

Como demonstra o quadro, o número de habitantes da área rural superava o da área nobre da cidade. Mesmo nessas áreas, a pesca se mostrava como atividade cotidiana, tal como destaca Burnett (2012, p. 6):

“O São Francisco, além de colônia de pescadores, já tinha sido “descoberto” por dezenas de famílias que ali resolveram seus problemas habitacionais,

¹ Na tabela original, o autor faz uso do termo invasões. No entanto, a perspectiva analítica adotada compreende que o conceito de ocupações traduz politicamente esses tipos de reivindicações ao direito à moradia.

estando um pouco mais adiante, a Ponta d'Areia, também ocupada, mas por casas de veraneio de camadas sociais mais altas”

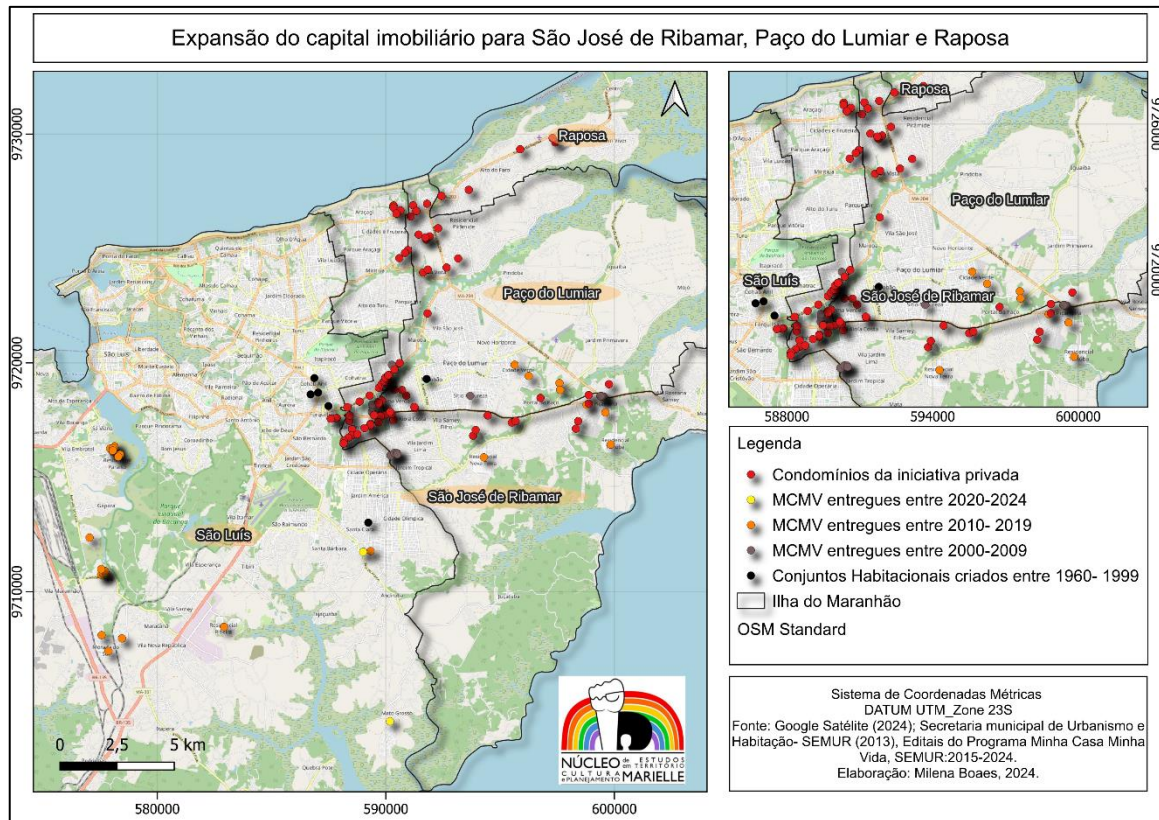
Nessa configuração espacial dotada de rugosidades, entre 1981 e os anos 2000, a expansão de sua mancha urbana foi tornando-se mais expressiva. Os municípios começaram a ter uma conexão revelada pela concentração das infraestruturas em São Luís, devido ao aprofundamento da dotação técnica do território:

“Os investimentos públicos e privados objetivam dotar o território de meios técnicos (ampliação da refinaria do Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR; duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC; construção da Hidrelétrica do Estreito; e implantação do Píer IV da Companhia Vale do Rio Doce- CVRD) capazes de escoar a produção de minérios do Complexo de Carajás e grãos através do Porto de Itaqui em São Luís” (Burnett, 2012, p. 92).

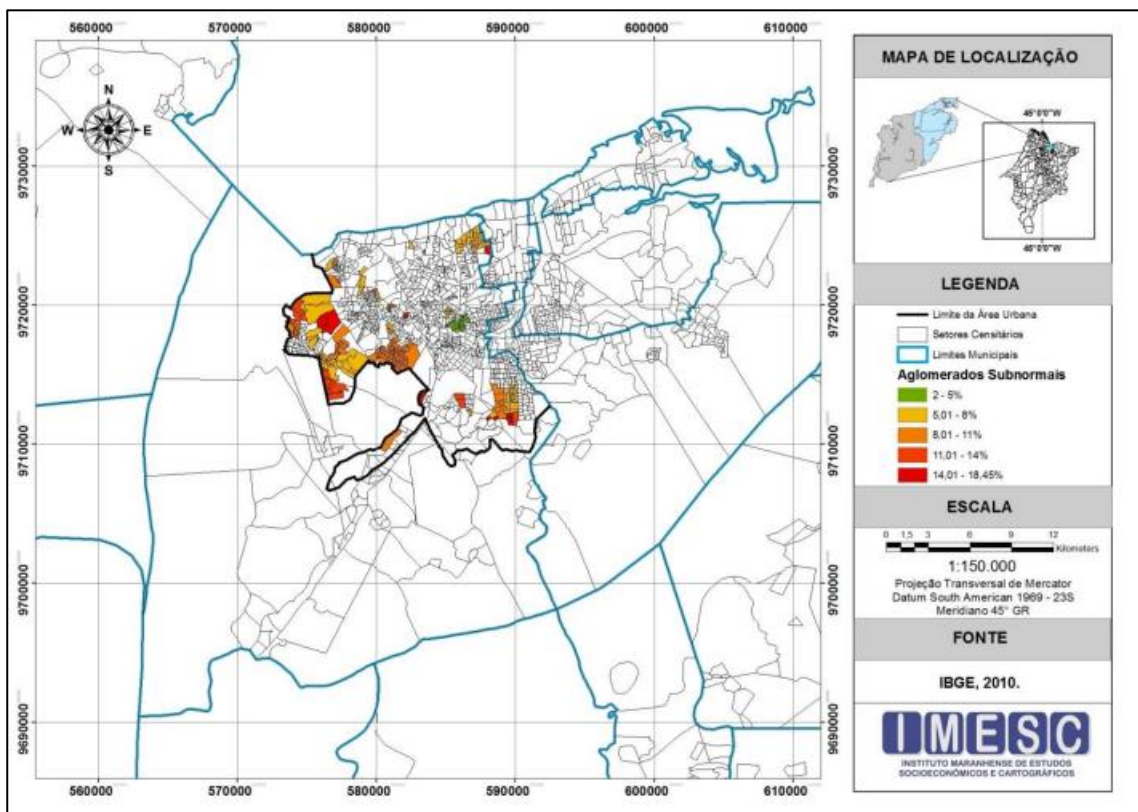
A urbanização do território ludovicense por meio da alocação de capital fixo principalmente em seu espaço rural culminou na expulsão de comunidades alocadas na Zona Costeira. As permanências nessas áreas de interesse do capital consistiram em uma luta diária, como é o caso contemporâneo do Cajueiro (Cruz, 2022).

O contexto de metropolização da Grande São Luís se remete aos anos 2000, mais precisamente a partir de 2010, com a implementação massiva de políticas habitacionais de Estado. Estas foram responsáveis pela ocupação de áreas distante do Centro e do aparelhamento urbano, forçando a instalação de empreendimentos imobiliários nos espaços opacos metropolitanos, como demonstra os mapas abaixo.

Mapa 3-Expansão metropolitana condicionada pelo capital imobiliário.



Mapa 4-Aglomerados subnormais em São Luís (2010).



Fonte: Pereira, 2014, p.3.

O Mapa 3 destaca a implementação dos conjuntos habitacionais e condomínios ao longo do tempo. Seu enfoque não é a espacialização total dos empreendimentos, mas sim a demonstração da frente de ocupação que esses projetos representaram para o espaço metropolitano.

Por outro lado, o Mapa 4 indica a concentração de moradias subnormais. Distribuídas entre as porções sul e oeste da Ilha, essas áreas abrigavam a população pobre, oriunda do espaço rural. Então, por um lado, nas bordas da cidade, próximo ao litoral e áreas de mangue então a população pobre. Enquanto a outra parcela é “empurrada” para os municípios adjacentes com a promessa do imóvel próprio.

Conforme especificado pelos produtos cartográficos, a metropolização foi guiada pela expansão do individualismo dos condomínios. As áreas antes cultivadas foram tomadas por grandes muros e moradias verticais. Esse processo contribuiu ainda mais para a concentração da atividade pesqueira em Raposa, uma vez que muitos dos mananciais de água doce foram comprometidos pela poluição causada pelos condomínios.

2.4 Usos do território em contextos metropolitanos: particularidades do espaço intraurbano de Raposa e a pesca artesanal

A ocupação do atual município de Raposa data as décadas de 1940 e 1950 (Vasconcelos, 2020). O processo de ocupação foi impulsionado por diferentes aspectos, incluindo os climáticos, a exemplo da seca no Nordeste.

Segundo Rosado (1981, p. 339), “a emigração fez-se em larga escala, para o Norte, para o Sul, para o Maranhão e regiões férteis do Piauí”. Ao que tudo indica, a porção norte do território maranhense teria sido influenciada pela frente da ocupação litorânea (Trovão, 2008). Essa frente foi responsável pela vinda de distintas famílias para Raposa, local onde já estavam povos de etnia indígena potiguara. Entre 1940 e 1950, famílias originárias principalmente de Acaraú, Ceará, fundaram a chamada Vila de Pescadores, onde a pesca e a agricultura eram as principais atividades de subsistência.

Torres (2019) destaca algumas especificidades nas migrações ocorridas do Ceará para o Maranhão ao enfatizar as condições vivenciadas pelo povo tremembé, também ocupantes do território. Conforme a autora, os tremembés viviam

principalmente da pesca, sobretudo a de curral (Figura 5), prática tipicamente realizada na região Nordeste. Além da pesca, a troca de mercadorias durante o trajeto para o Maranhão também era uma forma de sobrevivência.

Figura 5- Pescaria de curral em Raposa-MA.



Fonte: elaboração própria, 2021.

Os currais são um tipo de armadilha que funciona conforme as cheias e secas das marés. Durante a cheia, os peixes adentram o curral e não conseguem escapar quando o volume da água baixa. Este tipo de técnica recebe o nome de curral por apresentar um formato circular, e remete às tradições indígenas. Embora tenha passado por modificações ao longo do tempo, algumas características da pesca de curral permanecem, como a necessidade de ser realizada coletivamente. Fica evidente, portanto, que essa técnica solicita uma ação conjunta no espaço.

O poder da técnica no uso do território está em sua carga de implicações, seja na esfera das formas ou no conteúdo. Em Raposa, a infraestrutura da pretérita Vila de Pescadores foi fundada segundo as técnicas indígenas, baseadas no artesanato e na ampla utilização da natureza para alimentação ou mesmo para construção de objetos.

A morfologia da cidade demonstra o seu lado artesanal de constituição. Ainda quando Vila, com seu território vinculado ao do município de Paço do Lumiar, Raposa detinha a sua cultura pesqueira reconhecida. Segundo Nascimento e Carneiro (1996, p. 67):

Paço do Lumiar foi fundada em 1635 e é considerada a localidade mais antiga do estado. A população de sua cidade vive da pesca e da cultura de frutas e hortaliças. É um dos maiores centros de pesca da ilha. A praia de Raposa tem destaque na venda de pescados e rendas de bilro. É habitada por uma colônia de pescadores e rendeiras cearenses.

Como demonstra a imagem abaixo, os trabalhadores fabricaram os primeiros aglomerados de casas do então município. Raposa foi então construída por pescadores e segundo a dinâmica pesqueira, não atoa se referiam ao local como grande colônia.

Figura 6-Construção das moradias em Raposa em 1978.

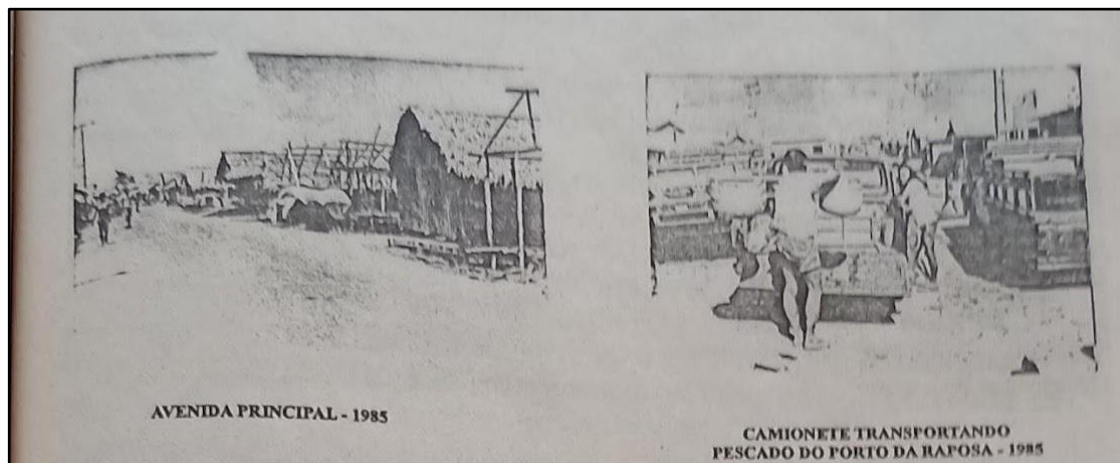


Fonte: imagem retirada do vídeo “Pescadores da Raposa” (2010).

Raposa, como já mencionado, faz parte da região metropolitana de São Luís, estando a aproximadamente 20 km da capital maranhense. Possui uma população de mais de 30 mil habitantes, e sua economia está predominantemente voltada para o setor pesqueiro e ao turismo. A cidade é reconhecida pela tradição pesqueira, sendo uma das principais produtoras de pescado do estado. O circuito de

pescados pertence ao conteúdo da cidade desde sua formação populacional, ainda quando sua porção territorial pertencia a outro município, como apresenta a Figura 7.

Figura 7- Dinâmicas pretéritas do circuito espacial produtivo da pesca em 1985.



Fonte: revista Biana (2006, p. 10).

A utilização de veículos para o transporte dos produtos demonstra a necessária distribuição para o abastecimento das localidades do entorno. Essa prática permanece viva na dinâmica do município, ilustrando sua importância econômica e social.

Na cidade de Raposa é possível encontrar uma grande variedade de estabelecimentos, desde pequenos comércios de rua até mercados e feiras, onde os produtos locais são comercializados. A pesca está diretamente associada à economia local, tornando os produtos do mar de grande importância para a subsistência da população, tal como o é o comércio de artesanato local, a exemplo de rendas e bordados (Silva, 2021).

Além dos alimentos, Raposa também se destaca pela produção de materiais de construção, especialmente tijolos e cerâmicas, feitos com matéria-prima local abundante, como a argila. Essa atividade gera empregos e contribui para o desenvolvimento econômico da cidade.

Os pescadores da região utilizam técnicas tradicionais e embarcações de pequeno porte, como canoas e jangadas, para realizar suas atividades. Eles se dedicam à pesca de diferentes espécies, como peixes, camarões e crustáceos, que são comercializados tanto localmente como em outras cidades da região.

A pesca artesanal em Raposa está intrinsecamente ligada à cultura e à tradição locais. Ela é passada de geração em geração, um conhecimento transmitido pelos pescadores mais experientes aos mais jovens. Além disso, também

desempenha um papel importante na preservação e manutenção do patrimônio cultural da comunidade.

No entanto, a pesca artesanal urbana em Raposa também enfrenta desafios. Um dos principais é a crescente pressão humana sobre os recursos pesqueiros, devido ao aumento da urbanização e ao desenvolvimento econômico em áreas costeiras. Além disso, Raposa sofre diretamente com a expansão urbana de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

Desse modo, faz-se necessária a investigação das problemáticas urbanas de poluição, degradação ambiental e competição por espaço com outras atividades, como a construção de empreendimentos turísticos. Segundo Pochmann (2016), tal análise é norteadada por algumas questões, entre elas,

[...] a relação sistêmica entre o desenvolvimento capitalista, em crise, e as cidades, bem como a relação entre o modelo de cidade e o padrão de sociedade, considerando para tanto alguns riscos de abordagens (Pochmann, 2016, p. 56-57).

Um desses riscos analíticos é o de desconsiderar as implicações externas ao espaço intraurbano (Villaça, 1998) de uma determinada cidade. O espaço intraurbano pode ser definido como uma contiguidade marcada por infraestruturas que qualificam o urbano, distinguindo-se, assim, do espaço urbano, o qual deve ser analisado a partir do território nacional e das determinações externas a ele.

Para fins de compreensão dessas dualidades urbanas, o professor Milton Santos (2013 [1994]) propõe duas ordens distintas e complementares: a *economia política da cidade* e a *economia política da urbanização*. A primeira “expressa como a cidade se organiza face à produção” (Silva, 2019, p. 29). Podemos considerar ser essa ordem o que Villaça (1998) denominou de espaço intraurbano, que permite identificar como o fenômeno urbano interfere na vida dos sujeitos. Já a economia política da urbanização trata da “[...] distribuição dos instrumentos de trabalho, dos recursos e da força de trabalho na superfície de um país [...]” (Silva, 2019, p. 29). Essa última ordem permite verificar como os lugares, dentro do território nacional, são hierarquizados segundo os fatores de localização dos sistemas produtivos.

Pelos números, Raposa é um dos municípios onde os indicadores socioeconômicos revelam a rarefação dos recursos necessários à reprodução social da vida humana. Segue-se desse pressuposto o fato de Raposa depender de São

Luís para sanar os déficits de urbanidade, conforme os indicadores sociais da Tabela 6:

Tabela 6- Dados econômicos da Ilha do Maranhão no ano de 2010.

Municípios	PIB a preços correntes (R\$ 1 mil)	PIB per capita a preços correntes (R\$)	Renda per capita (R\$)	% de extremamente pobres	% de pobres
São Luís	17.915.048,00	17.703,61	805,36	4,53	13,81
São José de Ribamar	538.180,00	3.303,24	435,40	7,41	20,24
Paço do Lumiar	336.915,00	3.212,35	444,50	7,77	19,04
Raposa	107.908,00	4.106,09	274,00	15,47	33,44

Fonte: IPEA (2015). Organização própria, 2022.

Em todos os indicadores evidenciados é possível notar que Raposa se destaca principalmente pela taxa de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Nota-se que o número de pobres em Raposa é o dobro de São Luís, apesar de Raposa abrigar uma população menor em relação aos demais municípios que compõem a ilha. É necessário, nesse caso, compreender as dinâmicas intraurbanas para verificar os motivos desse cenário. Pode-se apontar que uma das principais implicações é a concentração da oferta de serviços e trabalhos na capital maranhense, tal como apresentam os dados dispostos na Tabela 7.

Tabela 7- As principais atividades e seu rendimento médio da Região metropolitana Grande São Luís-MA (2015).

Atividades	Rendimento/ quantidade de trabalhadores	Alcântara	Paço do Lumiar	Raposa	São José de Ribamar	São Luís
Cultivo de mandioca	Rendimento médio	71,41	-	-	160,80	-
	Quantidade de trabalhadores	1.034	-	-	71	-
Lavoura não especificada	Rendimento médio	101,16	317,98	174,27	234,56	441,17
	Quantidade de trabalhadores	1.089	1.315	419	875	3.641
Pesca	Rendimento médio	90,16	330,75	441,77	330,16	469,13

	Quantidade de trabalhadores	840	294	1.648	1.081	1.371
Serviços especializados para construção	Rendimento médio	475,79	647,89	646,83	759,57	905,61
	Quantidade de trabalhadores	139	2.480	701	4.431	19.870
Atividades de construção não especificadas	Rendimento médio	501,33	933,76	596,27	680,14	1.026,11
	Quantidade de trabalhadores	333	2.579	589	4.116	21.540
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	Rendimento médio	359,65	885,45	956,45	618,35	814,98
	Quantidade de trabalhadores	183	1.345	258	3.068	15.310
Atividades de comércio não especificadas	Rendimento médio	336,87	929,81	66600	97213	1.124,84
	Quantidade de trabalhadores	114	2.503	573	4.069	25.274
Transporte rodoviário de passageiros	Rendimento médio	507,04	1.018,78	841,09	924,29	1.079,80
	Quantidade de trabalhadores	113	1.521	226	2.163	9.899
Administração pública e regulação da política econômica e social municipal	Rendimento médio	834,69	913,21	-	963,12	1.689,94
	Quantidade de trabalhadores	438	578	-	626	5.419
Serviços domésticos	Rendimento médio	200,35	391,87	359,32	401,62	436,89
	Quantidade de trabalhadores	334	3.533	691	6.501	42.050

Fonte: IPEA (2015). Organização própria, 2024.

Conforme a Tabela 7, São Luís é o polo atrativo da população. Essa afirmação se explica por pelo menos cinco fatores presentes na cidade: (I)

concentração de serviços básicos, incluindo educação superior pública e privada; (II) oferta de empregos em pequenas e médias empresas; (III) equipamentos de saúde modernos; (IV) materialidades técnicas necessárias à circulação de mercadorias (Porto do Itaqui); e (V) algumas empresas de grande porte ligadas à fabricação de bebidas (Ambev) e à exportação de minério de ferro (Vale).

Evidentemente, esses aspectos contribuem para um aumento dos valores da terra, dos imóveis e dos aluguéis, propiciando uma maior circularidade populacional na Ilha. Raposa, tal como os outros municípios contíguos a São Luís, vai sendo caracterizada como cidade dormitório, cuja principal função é servir de abrigo noturno para a classe trabalhadora que se desloca diariamente.

Ainda que a oferta de empregos em Raposa seja considerada inferior à dos demais municípios da região estudada, é válido apresentar, em uma linha temporal, de que forma cidades como essa respondem às políticas nacionais.

Por esse motivo, é importante ressaltar como as políticas nacionais modificam a dinâmica urbana de cidades médias e pequenas. Trata-se de reflexos na dimensão cotidiana da população. Nessa perspectiva é possível verificar os impactos reais das ações nacionais nos pequenos centros urbanos.

Como aqui se faz uma análise do presente, essas implicações das políticas nacionais verificadas a partir do mandato presidencial de Dilma Rousseff (2011-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT), e do golpe político de 2016, que gerou o processo de retirada da então líder de Estado.

O governo Dilma sucedeu os dois primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) (PT). O país passava por um novo processo de inserção na divisão internacional do trabalho, que se dava a partir da exportação de infraestruturas para países do Sul global. Nesse contexto, Limonad (2018, p. 2) destaca:

[...] a ampliação da ação do BNDES, que deu suporte à ação da Petrobras, da Eletrobrás e da VALE em países em desenvolvimento em diversos continentes (África, América do Sul, América Central e Ásia), para atender às demandas de implantação de infraestruturas de transportes, comunicações e abastecimento desses países.

Também foram importantes a implementação ou o aperfeiçoamento de programas de distribuição de renda, moradia e educação, tais como: Bolsa Família,

Minha Casa minha Vida, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni). Todos esses fatores impactam diretamente as cidades pequenas e médias, tanto por contribuírem para a ascensão econômica, política e social desses lugares, quanto por propiciarem a interiorização do processo de urbanização brasileira (Limonad, 2018).

Sob essa ótica, os dados apresentados a seguir revelam justamente o reflexo dos avanços e regressos nacionais no espaço intraurbano de Raposa. As informações da Tabela 8 exibem as variações das atividades econômicas e do PIB da cidade entre 2011 e 2019. É possível verificar que o setor econômico de Raposa se concentra nas atividades do setor terciário, basicamente nos âmbitos administrativos, de prestação de serviços e da segurança pública.

Tabela 8-Panorama das atividades comerciais do município de Raposa entre 2011 e 2019.

Ano	PIB a preços correntes (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> a preços correntes (R\$ 1,00)	Atividade com maior valor adicionado bruto	Atividade com segundo maior valor adicionado bruto	Atividade com terceiro maior valor adicionado bruto
2011	111.750	4.133,21	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Construção
2012	126.575	4.565,69	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Construção
2013	179.037	6.272,52	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Construção	Demais serviços
2014	196.914	6.751,26	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Construção
2015	179.273	6.024,97	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Produção florestal, pesca e aquicultura
2016	210.757	6.954,77	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2017	213.007	6.901,68	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2018	237.393	7.825,19	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2019	250.624	8.147,46	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas

Fonte: IBGE (2019). Organização própria, 2022.

A partir de 2011 é possível observar o crescimento do PIB e do PIB *per capita*. O aumento mais expressivo dos números se dá em 2013, ano em que a construção civil aparece como segunda atividade mais relevante na cidade. Esse fato chama atenção por caracterizar-se como um processo de especialização do município em um ramo da economia. Em 2014 a construção volta a ocupar o terceiro lugar em relação às atividades com mais destaque em Raposa.

Em 2015 o país passou por uma crise que já anunciava o golpe político de 2016, o qual culminaria no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Naquele ano, por conta da crise, as atividades primárias, incluindo a pesca, ocuparam o terceiro lugar de atividades com maior valor agregado. Nos anos seguintes, é possível visualizar o surgimento do comércio em torno da reparação de veículos automotores e motocicletas.

Segundo esses dados, podemos afirmar ser Raposa uma cidade que se constitui como *espaço opaco da metrópole* (Santos, 2000), por apresentar problemáticas na oferta de serviços públicos necessários à vida humana e por conta da baixa oferta de trabalho. É justamente “nesse espaço banal metropolitano que todos os agentes encontraram uma localização e um arranjo de fatores de produção necessários para produzir e consumir [...]” (Silveira, 2011, p. 37).

Espaços opacos possibilitam investigar os usos econômicos, políticos e sociais do território. Dentro da esfera econômica, quando o lugar, no contexto urbano, apresenta lacunas na oferta de trabalho, os sujeitos recorrem aos recursos naturais disponíveis ou mesmo a outras formas de sobrevivência. Segue-se desse pressuposto a importância de compreender o fenômeno urbano nos países periféricos a partir dos dois circuitos da economia urbana.

Vale ressaltar que, entre esses circuitos, surge o *circuito superior marginal*, marcado por um funcionamento segundo os ditames modernos que aproximam do circuito inferior e, ao mesmo tempo, o posicionam como auxiliar do circuito superior (Santos, 2018 [1979]). Em Raposa, o comércio e a manutenção de veículos podem ser considerados elementos de um circuito superior *marginal*, pois funcionam para suprir as necessidades do circuito superior, que nesse caso seriam as grandes empresas fabricantes de veículos.

As implicações da especialização desse tipo de serviço em uma cidade podem ser diversas. A primeira é a questão da dependência de um fornecimento externo ao território nacional. A compra contínua de peças, por exemplo, demanda

uma maior importação de mercadorias. Considerando os custos e a especificidade desses materiais, o que garante o lucro é a mão de obra, não a comercialização das peças em si, tendo em vista a variação dos preços internacionais e também o valor incluído na logística do transporte que movimenta a circulação das grandes empresas globais.

No próximo tópico, é enfatizado o outro lado do aprofundamento do capitalismo: a realização do trabalho na periferia, a pobreza urbana, a seletividade espacial, a produção técnica do lugar, a reação aos impulsos globais e a *globalização como fábula* (Santos, 2000). Nessas áreas, onde as modernizações são seletivas e a baixa concentração de renda e acesso aos bens produzem escassez e a necessidade de *viração* se intensifica.

3 RAPOSA E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DA PESCA ARTESANAL CONTEMPORÂNEO



Porto do campo em Raposa. Fonte: elaboração própria, 2022.

[...] além de ter relevante papel na produção de alimentos para a população brasileira, a pesca artesanal apresenta um forte indicador social na medida em que gera empregos diretos a um contingente de aproximadamente 400.000 pescadores, dos quais dependem cerca de 2 milhões de pessoas, além dos empregos indiretos gerados na produção e comercialização de seus insumos básicos e na comercialização do pescado produzido.

Sudepe (1985, p. 4-5)

Para Diegues (1983), o trabalho produtivo da pesca pode ser classificado de três formas: (i) pesca de subsistência, (ii) pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil e (iii) pesca empresarial-capitalista (Quadro 2). A segunda categoria é subdividida pelo autor em duas: produção mercantil simples dos pequenos produtores litorâneos, “os pescadores-lavradores”; e a pequena produção mercantil pesqueira (ampliada), o pescador artesanal.

Quadro 2-Organização do trabalho produtivo da atividade pesqueira.

CATEGORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA					
Classificação da atividade	Tipo de valor	Unidade produtiva	Técnica empregada	Características do trabalho	Relação com o mercado
(I) Pesca de subsistência	Valor de uso	Familiar	Lugar	A pesca é o principal meio de sobrevivência	Sem excedente
(II) Pesca de pequena produção mercantil	Valor de uso e de troca	Familiar ou Mutirões	Lugar e mundo	A pesca é atividade complementar; existe divisão do trabalho	Excedente baixo ou alto
<i>Produção mercantil simples: “pescadores-lavradores”</i>	Valor de uso e de troca	Familiar ou Mutirões	Lugar	A pesca é atividade complementar; existe divisão do trabalho; há partilha em quinhões igualitários	Baixo excedente
<i>Pequena produção mercantil pesqueira (ampliada): “pescador artesanal”</i>	Valor de troca	Não familiar	Lugar e mundo	A pesca é a principal fonte de renda/ quinhões menos igualitários	Alto excedente
(III) Pesca Empresarial-Capitalista	Valor de troca	Empresarial	Mundo	A pesca é instrumento de acumulação de capital; trabalho assalariado	Altíssimo excedente

Fonte: Diegues (1983). Organização própria, 2023.

Em uma formação socioespacial diversificada como a brasileira, ainda que os modelos de organização produtiva da pesca apresentem distinções, eles coexistem. Diversos processos históricos atribuem à prática pesqueira novas particularidades, como propõe Diegues (1983, p. 8):

[...] A expulsão dos pescadores-agricultores de suas terras nas praias pela especulação imobiliária e pela urbanização, desorganiza, no Brasil, de forma acelerada, as atividades desses pequenos produtores. De outro lado, a crescente poluição dos estuários e outros ecossistemas litorâneos e costeiros, sobrepesca (exercida em particular pelos arrastões da pesca empresarial-capitalista) e os conflitos entre os pescadores artesanais e a produção empresarial-capitalista também colocam em risco a produção e reprodução dos primeiros.

Ao mesmo passo em que os territórios costeiros e ribeirinhos passaram por um processo de valorização e disputa de usos perante os diversos agentes urbanos, eles também sediaram novos arranjos produtivos – não só da pesca, mas de diversas atividades econômicas.

Dessa forma, as organizações econômicas menos modernas, como é a pesca artesanal, não ficam isentas às modificações e passam a exercer uma nova função social nas cidades. Elas não se limitam mais ao núcleo familiar e escapam da associação das “classes populares e comunidades tradicionais, uma espécie de camisa de força, como se a cultura econômica estivesse cristalizada em tempos-espaços pretéritos, tornando-se um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas” (Souza Junior; Ribeiro; Silva, 2021, p. 3).

Ao tentar encaixar os trabalhadores da pesca de Raposa em uma categorização, teríamos as seguintes características:

- Classificação – pequena produção mercantil pesqueira ampliada;
- Tipo de valor – valor de uso e de troca;
- Unidade produtiva – familiar e não familiar;
- Técnica empregada – predominância de técnica do lugar;
- Características do trabalho: a pesca é a principal fonte de renda;
- Relação com o mercado – alto excedente, porém baixa circulação.

É possível observar que algumas das definições não são mais cabíveis à atividade no período atual, principalmente por sua realização no meio urbano, onde as relações produtivas escapam do núcleo familiar, que já não é composto por muitas pessoas, como outrora. Além disso, os jovens que costumavam auxiliar nas tarefas são direcionados a buscar qualificação profissional e começam a seguir novas

profissões. Por tais motivos, outras pessoas são convidadas a fazer parte da produção.

Outra mudança na atividade é o acesso às novas tecnologias; ainda que reduzido, esse fator propicia alterações. Um exemplo é o uso dos motores, das maquinetas de cartão e dos carros frigoríficos, que coexistem com a antiga prática de venda “fiado”. Embora persistam velhos usos do território por meio da pesca, se faz necessário compreendê-los a partir de sua contemporaneidade.

Sendo assim, este capítulo trata dos agentes, das ações e das materialidades que compõem o circuito espacial produtivo da pesca artesanal, bem como sua realização no meio urbano enquanto parte do circuito inferior. Vale ressaltar que a comercialização de pescados – uma prática de suma importância para a escala de análise selecionada – será o eixo mais explorado no que diz respeito às discussões travadas, à apresentação de dados e às proposições teóricas.

3.1 Começa nas marés e termina nas mesas: as etapas do circuito de produção da pesca artesanal

O mar é um elemento natural apropriado politicamente e de uso comum. Na atualidade, ele admite funcionalidades distintas. Serve como fonte de grandes riquezas naturais, como via de transporte e de interação social entre os povos. Por ser suscetível aos usos de qualquer agente, é funcional tanto aos trabalhadores artesanais quanto às grandes indústrias do mercado alimentar.

Por se tratar de agentes distintos, suas intencionalidades, funções e ações também se distinguem. Para os sujeitos ligados ao âmbito industrial, o mar e seus recursos servem exclusivamente ao acúmulo de capital. Neste caso, a relação com a natureza é estritamente voltada à extração, muitas vezes resultando em danos ambientais, a exemplo da pesca de arrasto, onde as embarcações chegam a utilizar redes de mais de 35 metros de extensão.

Por outro lado, na pesca artesanal os sujeitos têm uma maior relação com a natureza e tendem a gerar menos impactos, pois a atividade costuma ser realizada para suprir as necessidades locais. O princípio da pesca artesanal é o da sobrevivência e não o do acúmulo.

Os impactos e a realização diferencial desses circuitos se dão primordialmente pelas técnicas empregadas. No primeiro caso, as técnicas ligadas à alta tecnologia contribuem para uma apropriação maior dos recursos, como é o exemplo dos satélites para a localização dos cardumes. Já na pesca artesanal, as técnicas restringem-se à extensão da atuação dos pescadores, principalmente pelos preços dos motores e do combustível utilizado, prevalecendo a confecção e não a compra dos meios de produção.

Apesar das caracterizações distintas, no conjunto espacial estas formas de trabalho se correlacionam em formato de circuito econômico. Elas acabam por constituir etapas diferentes, incluindo a produção, a distribuição, a circulação e o consumo.

A circulação é a etapa produtiva que envolve de modo mais claro a infraestrutura urbana. Ela diz respeito ao deslocamento da mercadoria até a localização final de sua comercialização. Ocorre que esta etapa produtiva é cada vez mais uma prioridade das grandes empresas (Castillo; Frederico, 2010). A circulação das mercadorias é mais funcional ao circuito superior da economia, que consegue acumular fornecedores graças à conformidade dos preços com o deslocamento e a possibilidade de consumo dos agentes conforme suas localizações. Exemplo disso são as grandes redes de supermercados, que, mesmo detendo inúmeros fornecedores, variam seus preços de acordo com bairro onde estão instaladas.

Já o circuito inferior destoa desta característica, pois a circulação não é sua prioridade, muito pelo contrário: os comerciantes do circuito inferior têm sempre urgência em efetivar a venda. Isto ocorre pela necessidade de assegurar a renda, ou, a depender do tipo do produto, por sua perecibilidade.

A circulação evidencia a existência de circuitos longos e de outros mais curtos. Essa dinâmica depende de uma série de fatores, incluindo o tipo de mercadoria, seu grau de inserção no contexto do mercado regional, nacional ou internacional e também o uso de tecnologias avançadas.

Um exemplo da distinção entre os circuitos pode ser mensurado a partir de Raposa, onde se realiza o circuito espacial produtivo da pesca na escala local. No meio construído do município, é possível observar as etapas de captura, distribuição, comercialização e consumo dos pescados. Estas etapas concentram uma série de lugares, agentes, fluxos e técnicas necessários à sua realização.

Tal conjunto de técnicas, saberes e objetos de trabalho resultam sobretudo de uma produção étnico-cultural que se confunde com a formação histórica da cidade de Raposa e se apresenta em sua morfologia urbana, principalmente nas moradias.

Ainda no centro da cidade notam-se palafitas, assim como barcos e redes tecidas com agulhas semelhantes às das rendeiras – mulheres de Raposa que produzem artesanalmente roupas, toalhas, chapéus, entre outros itens.

A cidade de Raposa, nesse contexto, é marcada pela divisão social do trabalho, com circuitos voltados para a pesca e para a produção das rendas. Enquanto as mulheres se enquadram neste último caso, os homens produzem seus instrumentos de trabalho e difundem as técnicas de pesca. Assim constituem a cidade de forma singular, a partir do trabalho artesanal.

3.2 A prática pesqueira em Raposa

Muitos são os saberes e fazeres envolvidos nas etapas produtivas da pesca. Agentes, apetrechos e embarcações realizam a dinâmica espacial e delineiam as especificidades da atividade econômica local. Para conseguir abranger as nuances da pesca em Raposa, apresentamos cada etapa produtiva separadamente, ainda que espacialmente elas estejam entrelaçadas na mesma rede de ação.

De início é preciso compreender os agentes que realizam a pesca e sua densidade no território. Em geral, são pescadores nativos ou dos municípios vizinhos. Pelo fato de toda a ilha ser abrigo da prática pesqueira, o engendramento dos fixos, dos fluxos e dos agentes se torna ainda mais evidente na paisagem, como destaca a imagem abaixo (Figura 8).

Figura 8- Relações produtivas familiares no litoral de Raposa: maré seca – tempo de pausa para o almoço.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Não existem dados precisos sobre a quantidade de pescadores de Raposa. O Portal de Transparência indica que a partir do ano de 2013, mais de 1.300 pessoas recebiam o Seguro Defeso². No entanto, essa informação não demonstra a totalidade de pescadores, tendo em vista que existem especificidades para se consiga o benefício.

Conforme a colônia de pescadores Z-53 de Raposa, existem hoje em Raposa 7 mil associados como pescadores artesanais – número bastante expressivo diante de uma população total de 31 mil habitantes. São esses os responsáveis por constituir as artes de pesca e repassá-las de geração em geração.

Quanto às artes de pesca usadas na região, a presidente da colônia Z-53 destacou algumas delas durante entrevista, a saber: curral, pescadeira, serreira, manzuá, pulsar, landoar, tapagem, boinha, espinhe e linha. Estes recursos são utilizados em diferentes situações e para distintos objetivos.

² O Seguro Defeso é um benefício do governo federal que remunera os pescadores artesanais durante o período de reprodução das espécies.

Figura 9-Pesca utilizando curral (dentro do mar) e manzuá (cesto carregado por pescadores) em Raposa.



Fonte: elaboração própria, 2023.

As artes de pesca como os currais (Figura 9) demandam mão de obra especializada e também uma quantidade significativa de materiais, como redes, madeiras e linhas específicas. De acordo com pescadores locais, a construção de um curral, incluindo os custos de fabricação, é de R\$ 11.000,00.

Para a pescaria em currais, os pescadores não utilizam embarcações motorizadas, dada a proximidade com o litoral. Por outro lado, existem artes de pesca que exigem um deslocamento maior, sendo necessárias embarcações de médio e grande porte. Dados levantados em 2014 pela Colônia de pescadores Z-53 apontavam a existência de 166 embarcações registradas. No entanto, os fabricantes de embarcações em Raposa revelaram em entrevistas que já fabricaram mais de mil unidades. Atualmente há inúmeras embarcações em Raposa, utilizadas para a atividade pesqueira no litoral do estado do Maranhão. A pesca para longas distâncias tem jornadas de dias, às vezes de uma semana inteira. Para isso, os pescadores formam grupos maiores.

Algumas observações são válidas ao evidenciar as características da atividade: (I) o tempo de labor é regido pela natureza e não pelo tempo do capital; (II) trata-se de uma etapa que envolve mais de 90% de trabalho artesanal, realizado a partir dos recursos disponíveis no próprio lugar – seja matéria-prima ou mesmo o conhecimento técnico dos sujeitos; (III) prevalecem o princípio da comunidade e a partilha dos frutos do trabalho entre os sujeitos.

Quanto à etapa de distribuição, esta é realizada pelos próprios pescadores ou por atravessadores (Santos, 2011), que compram os pescados para revendê-los com um preço maior nos pontos comerciais dos municípios ou em outras localidades.

As materialidades e ações envolvidas na distribuição indicam o uso de motocicletas, bicicletas, embarcações, carros e caminhões que auxiliam no deslocamento dos pescados e proporcionam a espacialização até as mesas dos consumidores. Estão envolvidos neste circuito os fabricantes de gelo e de carros com aparato técnico específico para a manutenção da temperatura dos pescados, considerando que se trata de um produto com alto risco de perecibilidade.

Ainda sobre a distribuição, os principais pontos de escoamento são os portos, sendo dez deles em Raposa: Porto do Braga, Porto da Raposa, Porto do Campo, Porto do Veloso, Porto Manoel Diana, Porto da Jussara, Porto do Xangau, Portinho, Porto da Serraria e Porto do Neném (Mapa 5).

Mapa 5- Função portuária fora das marés ludovicenses: os portos artesanais em Raposa.



Fonte: elaboração própria, 2024.

A maioria dos portos exerce múltiplas funções: são locais de desembarque de pescados, comercialização, fabricação de embarcações e realização de reparos nestas (estaleiros). O Porto da Jussara é um exemplo destas diferentes funcionalidades (Figuras 10 e 11):

Figura 10-Fabricação de embarcações no Porto da Jussara.



Fonte: elaboração própria, 2023.

Figura 11-Desembarque de pescado no Porto da Jussara.



Fonte: elaboração própria, 2023.

Os pescados que chegam até os portos são levados para o centro da cidade, até a feira, ou são destinados para outros municípios da Ilha do Maranhão. Estes

deslocamentos de mercadorias geram fluxos entre Raposa e os municípios de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, promovendo a comercialização dos pescados e demonstrando as relações comerciais no meio urbano. Conforme informações da colônia Z-53, todas as feiras de São Luís possuem pescados oriundos de Raposa.

No conjunto de distribuição existem os pescadores que também realizam o transporte dos pescados até os pontos comerciais (Figura 12). Pode ainda ocorrer de serem abordados no caminho por compradores ou atravessadores.

Figura 12-Pescadores-atravesadores exercendo uma dupla função no circuito. Maré baixa é tempo para distribuir pescados na Raposa.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Pés descalços na areia, vestes leves que facilitam o deslocamento por secarem durante o trajeto, bicicletas adaptadas com caixas, e o trabalho em conjunto são características presentes no litoral de Raposa. Trabalhadores realizam duas ou até três funções: capturam, distribuem e comercializam. Essas funções têm se

reduzido ao trajeto praia-feira de pescados. Ocorre que circular pela cidade diminui o tempo de captura, o que acaba tornando a comercialização uma tarefa inviável.

Os pescadores que distribuem os pescados optam por vendê-los no trajeto para a cidade, pois, além de não terem objetos apropriados para o transporte, também estão submetidos a exaustivas jornadas de trabalho, as quais acompanham geralmente os períodos de seca e cheia da maré. Por essas razões, a figura do atravessador surge como uma alternativa viável para os pescadores.

Outra etapa do circuito é a comercialização, que mobiliza uma série de agentes, lugares e materialidades, além de desempenhar uma função crucial para a cidade: a de abastecimento alimentar e financeiro. É possível observar que Raposa abriga um denso circuito de comercialização, composto por pontos comerciais, vendedores e consumidores, aspectos aprofundados no próximo tópico desta pesquisa.

No que diz respeito ao consumo, cabe pontuar que os consumidores residem em toda a Ilha do Maranhão e buscam por preços baixos e pela solidariedade dos comerciantes, que muitas vezes vendem os pescados fiado, ou seja, sem receber o pagamento de imediato. O controle deste tipo de venda é geralmente feito em cadernos, e alguns comerciantes nem sequer registram tais operações, por manterem contato estreito e relações de confiança com os compradores.

O tipo de solidariedade destacado propicia o fluxo dos sujeitos para a feira de pescados e para outros pontos de comercialização, além de também impulsionar deslocamentos dos consumidores vindos de diversas localidades, como de São Luís (Figura 13):

Figura 13-Integrações metropolitanas propiciadas pelo circuito pesqueiro: preços baixos, é tempo de abastecer o núcleo familiar.



Fonte: elaboração própria, 2022.

É comum, principalmente aos finais de semana, a presença de consumidores aguardando nos terminais de integração de ônibus, portando caixas ou até mesmo baldes. O uso de recipientes de grande porte facilita o deslocamento e comporta maior quantidade de pescados. Além disso, realizar as compras aos sábados e domingos é uma alternativa para os trabalhadores que folgam nesses dias. Por esse motivo, a quantidade de pescados comercializada costuma ser alta, de modo a manter os lares abastecidos até o final de semana seguinte.

Estas características denotam a trama de agentes, ações e objetos envolvidos no circuito espacial produtivo da pesca, demonstrando o seu enraizamento no lugar, onde algumas etapas produtivas se consolidam, mas não se encerram na dinâmica metropolitana.

Há ainda outras dimensões do circuito que escapam a essa escala, as quais são mais difíceis de captar nos trabalhos de campo e também devido às limitações temporais de pesquisa. No entanto, foi possível identificar a existência de

um comércio da bexiga natatória da pescada-amarela, não somente em Raposa, mas em toda a Ilha. Essa comercialização transcende a escala local e aponta uma relação com o grande mercado internacional³ da estética.

3.3 O comércio de pescados e o circuito inferior da economia urbana em Raposa

A função comercial de Raposa e de outros municípios é reflexo da divisão territorial do trabalho, dos meios de produção e do papel da cidade na rede urbana, além de ser também resultado da forma como os sujeitos usam o território para o desenrolar de suas vidas.

No entanto, os lugares possuem especificidades e, ao receberem imposições de fatores exógenos, se reconfiguram alinhados a duas racionalidades distintas: a dos sujeitos que se organizam perante os processos; e a lógica externa que visa se instalar.

Raposa tem suas funcionalidades dependentes das cidades vizinhas em relação à oferta de emprego, comércio e serviços, estes últimos supridos por São Luís. Enquanto muitos sujeitos buscam a capital por conta da baixa oferta de serviços em Raposa, as populações de outros municípios se deslocam para Raposa à procura dos baixos preços dos pescados. Estes fluxos demonstram a interdependência entre as cidades, fato constatado na espacialização dos pontos de comercialização de pescados, os quais se concentram na porção central e também em outras áreas do município, tal como apresenta o Mapa 6. Isso significa que, apesar de ser importante para a captura, Raposa também o é para a comercialização dos pescados. Não é à toa que a espessura da etapa de comercialização se mostra tão intensa.

³ “Na China, a bexiga natatória seca é considerada por muitos como fonte de recursos medicinais, que variam conforme espécie, tamanho, idade e origem do peixe. Em razão disso, a captura da bexiga natatória da pescada-amarela para exportação torna-se cada vez mais uma fonte vital de renda para alguns pescadores na costa amazônica”. (Chino, 2022). Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods12/grude-movimenta-mercado-milionario-no-brasil-e-leva-chineses-a-amazonia/>

Mapa 6-Locais de comercialização de pescados em Raposa.



Fonte: elaboração própria, 2023.

Ao todo, foram mapeados mais de dez pontos de comercialização em Raposa, com uma concentração no noroeste do município, onde também se localiza um dos principais atrativos turísticos da cidade, a praia do Mangue Seco. Com isso, os corredores turísticos são estratégicos para a alocação de pontos comerciais.

Na região central do município, precisamente no bairro Vila Bom Viver, concentram-se quatro unidades comerciais. Este aglomerado se explica pelo fato de o bairro ter se desenvolvido no período de povoamento inicial de Raposa, abrigando, assim, considerável quantidade de peixarias.

Tal composição da paisagem revela, em boa parte, o imprevisto das estruturas utilizadas para a comercialização de pescados, ilustrando também a pobreza do conteúdo espacial da cidade de Raposa. Apesar da espacialidade dos comércios, a concentração destes dispositivos chama atenção por sua densidade, por seu tempo histórico e também pela função que exercem na cidade. Trata-se da feira de pescados, localizada na porção norte de Raposa, próximo ao litoral.

Na conhecida “Feira da Raposa”, a presença dos estabelecimentos comerciais predomina na paisagem, com algumas tipologias pautadas no improviso dos comerciantes. No geral, a feira compõe-se de barracas feitas de madeira, ou mesmo pequenos pallets com caixas de isopor. Em outros casos, a frente das casas é utilizada como ponto comercial, o que será tratado a seguir.

A feira de pescados se confunde com a constituição de Raposa enquanto município, tratando-se de elemento central para entender tanto o abastecimento alimentar quanto a geração de renda na cidade.

Os estabelecimentos construídos com palhas e madeiras das imediações reforçam a ideia de que o circuito é produzido a partir de recursos e técnicas do próprio lugar (Figura 14), os quais se difundem conforme os modos de vida locais.

Figura 14- Tipologias das peixarias de Raposa: o tempo impresso nas técnicas da viração.



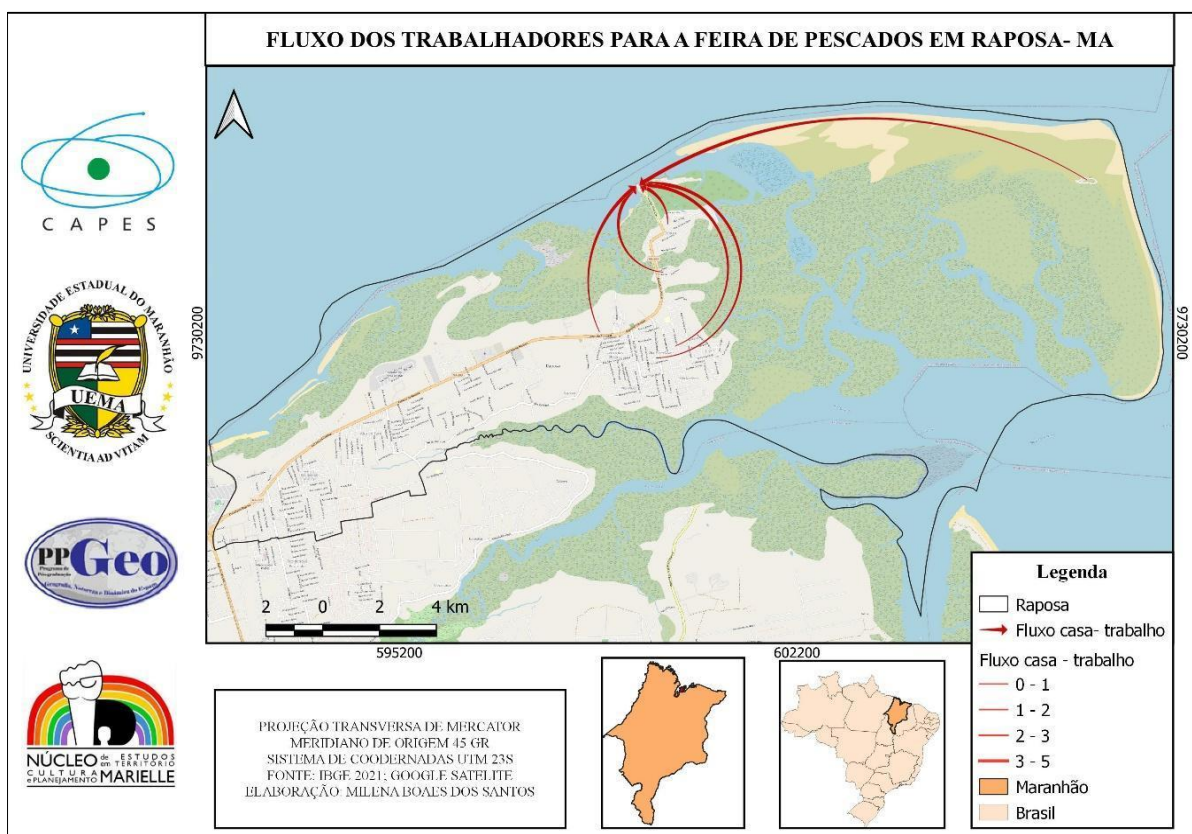
Fonte: elaboração própria, 2023.

A Figura 14 apresenta as condições de construção dos estabelecimentos comerciais. O nome “peixaria popular” faz referência à camada social que busca por essa mercadoria na cidade. É popular porque o valor atribuído ao produto permite que ele realmente alcance as diferentes classes sociais.

Dessa forma, a racionalidade da atividade produtiva, das relações entre os sujeitos e da produção da cidade, no geral, apresenta o sentido de colaboração. A própria morfologia do local de comercialização representa o trabalho manual, sem a mediação de ferramentas tecnológicas. As cores que destacam a peixaria na paisagem fazem parte da arte e técnica local. Cores que retratam o mar em tonalidade.

Além das materialidades, fluxos são produzidos a partir das peixarias. Os homens, inseridos em uma divisão sexual do trabalho, são incumbidos de realizar a comercialização de pescados no centro de Raposa, onde estão centralizadas a maior concentração dos estabelecimentos comerciais, conforme indica o mapa de fluxos abaixo.

Mapa 7-O tempo do trabalho: fluxos dos trabalhadores artesanais de Raposa-MA.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Conforme já apontado, os comerciantes de pescados residem no próprio município de Raposa. Grande parte deles se deslocam principalmente da Vila Bom Viver, um dos primeiros bairros de Raposa, que abriga muitos pescadores.

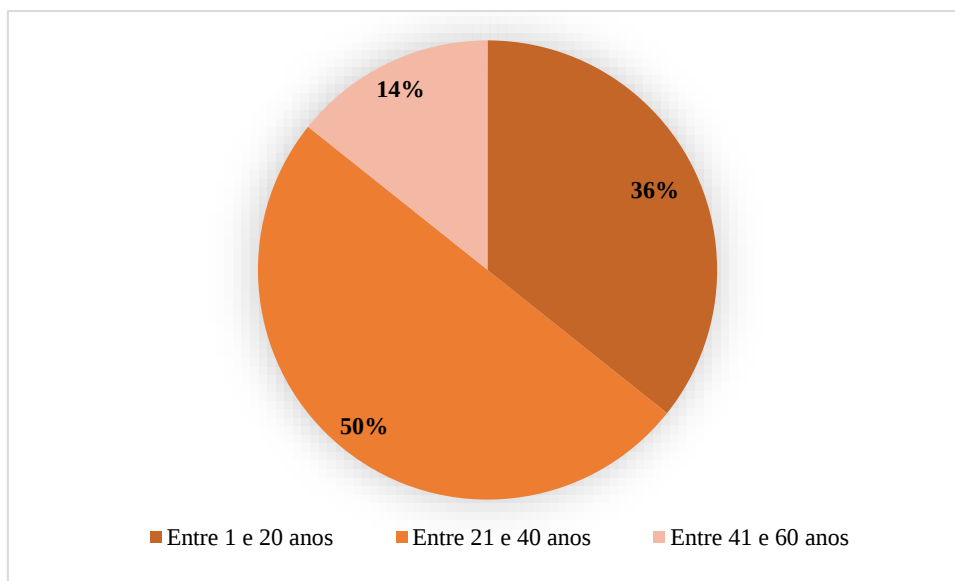
Estes sujeitos seguem para a feira apenas com as caixas de isopor para armazenar os pescados. Parte dos feirantes realiza a comercialização ao ar livre, sem

um local fixo para guardar seus principais instrumentos de trabalho, como balanças, sacolas, gelo e o próprio pescado.

A categoria dos comerciantes é composta por sujeitos que canalizam sua força de trabalho no interior de um dos circuitos econômicos da cidade. Trata-se de uma mão de obra excluída dos eixos que concentram empregos remunerados conforme as garantias de direitos trabalhistas. Ainda que Raposa abrigue empresas ligadas ao circuito superior marginal de revenda de peças automobilísticas e outros estabelecimentos (por exemplo, de venda de móveis e prestação de serviços), não é o bastante para comportar a massa de trabalhadores da cidade. Com isso, os sujeitos são colocados a trabalhar sem possibilidade de folga, seguros em caso de complicações biológicas ou mesmo remunerações por tempo de exercício, o que torna a incerteza um sentimento presente na vida dessas pessoas.

Ainda sobre os traços gerais do circuito, chama atenção a presença massiva de homens. Como já mencionado, a paisagem da cidade revela uma expressiva divisão social do trabalho: as mulheres são responsáveis por comercializar as rendas, e os homens por sustentar todo o circuito que envolve a pesca. Nas entrevistas alguns desses homens afirmaram que exercem a prática desde a infância, devido às necessidades familiares. As particularidades da atividade em análise estão dispostas no Gráfico 1.

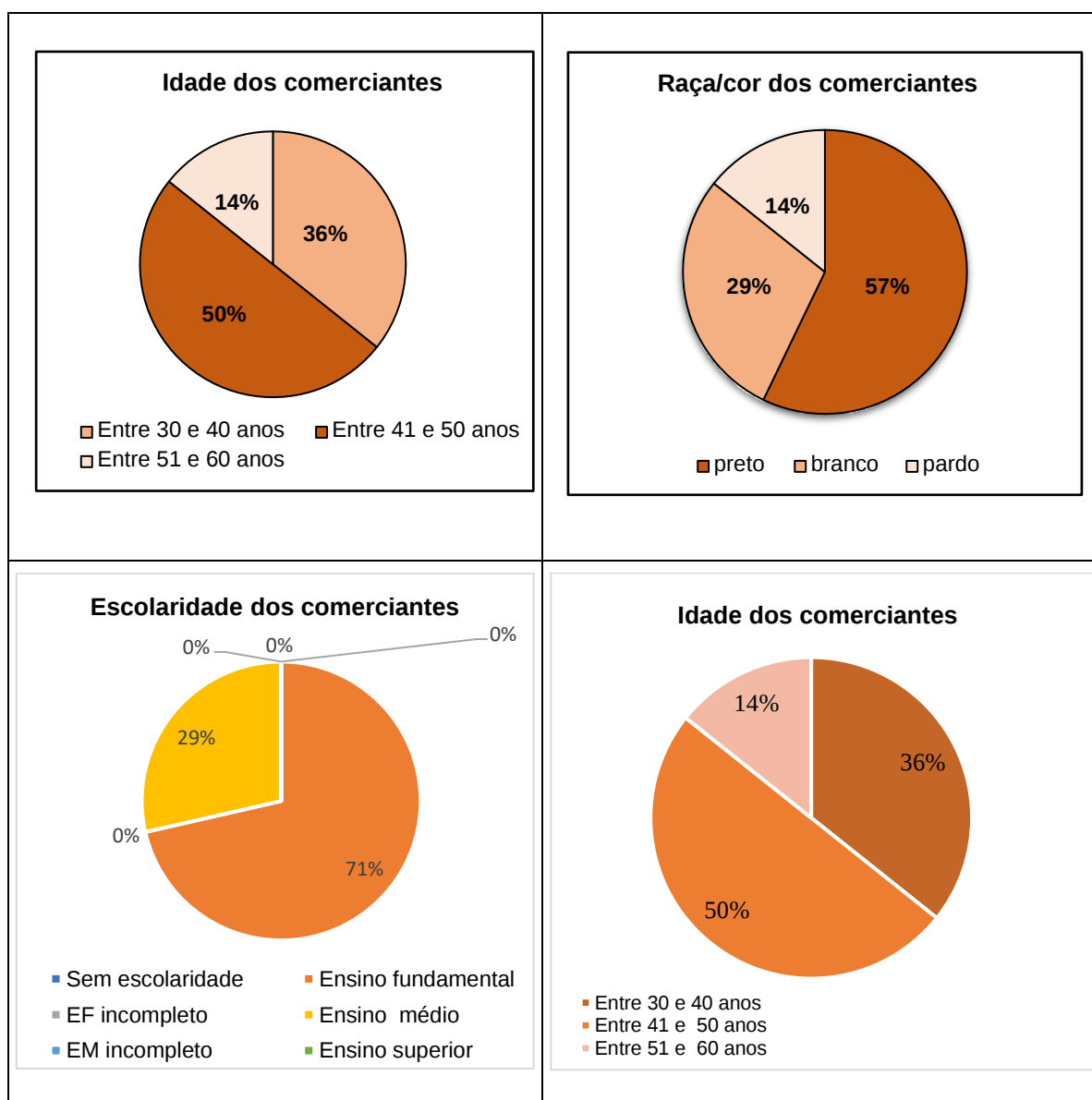
Gráfico 1-Tempo de exercício da atividade (em anos).



Fonte: elaboração própria, 2022.

Grande parte dos comerciantes entrevistados exerce a atividade entre 21 e 40 anos, tendo como única fonte de renda, o trabalho realizado na feira. O tempo de exercício evidencia os traços socioeconômicos dos comerciantes, em sua maioria, pretos, pobres, com baixo grau de formação escolar e idade avançada (Gráfico 2), os quais desenvolvem uma dupla função: a de abastecimento familiar e periférico da cidade.

Gráfico 2- Características dos comerciantes de pescados de Raposa, Maranhão.



Fonte: elaboração própria, 2022.

Quanto ao nível de escolaridade, esta é uma barreira a algumas modernizações que incidem sobre a economia das cidades como inovações. A expansão dos tipos de circulação de dinheiro é um exemplo dessas modernizações.

Hoje, a substituição do dinheiro vivo por cartões e transferências via aplicativos é uma atualização das formas de circulação do capital.

No entanto, a interação com estas novas modalidades de uso do dinheiro carecem do entendimento dos sujeitos quanto ao manuseio dos equipamentos e à compreensão e aceitação dos contratos que terminam em tarifas. Por esse motivo o uso de maquinetas, PIX e cartões de crédito/débito é, em certa medida, inviável aos comerciantes.

A inviabilidade de utilização dos novos objetos técnicos (Santos, 2020) dá-se principalmente pela criação da interdependência entre eles. A máquina de cartão precisa de rede elétrica, conexão com a internet, cobertura de rede e plano para utilização dos serviços on-line, da empresa telefônica e da empresa de cartão. Esses mecanismos são construídos para o funcionamento dependente, já que seu interesse final é captar recursos de um circuito que sobrevive precarizado. No entanto, a realidade dos lugares é singular, e neles a realização das inovações não é uniforme.

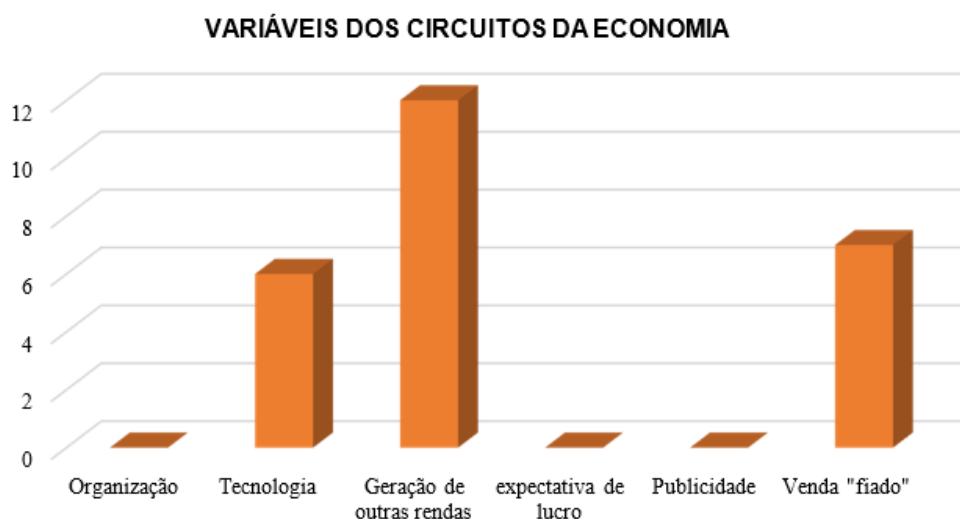
Os comerciantes que não têm conhecimento dessas novas tecnologias acabam descartando os objetos técnicos. Isso ocorre pelo fato de os objetos imporem a utilização, em rede, de serviços e instrumentos que vendem uma falsa facilidade em troca de parte do retorno financeiro conquistado penosamente no trabalho diário.

Os comerciantes não possuem acesso à tecnologia tampouco ao crédito, e o que os mantém na constante prática de comercialização é a necessidade, como destaca Santos (2018 [1979], p. 189): “se no circuito moderno as linhas de crédito são abertas para estimular a produção, no circuito inferior são as necessidades de consumo que estão na origem do crédito”. A permanência do circuito inferior é sempre na fronteira do acesso às inovações do período.

Observamos durante as entrevistas que grande parte dos trabalhadores utiliza apenas dinheiro físico como pagamento. Alguns aceitam também transferências via PIX, exceto os pescadores que desembarcam pescados no porto de Raposa. A esse termo, um dos comerciantes aponta: “pescador só trabalha com dinheiro, não chega lá com PIX que eles não aceitam de jeito nenhum⁴”. Tal afirmação denota as especificidades dos circuitos econômicos de cada cidade, reafirmando a ideia de não homogeneidade das modernizações tecnológicas.

⁴ Entrevista realizada na feira de pescados em Raposa, Maranhão, no dia 7 de fevereiro de 2023.

A não utilização dos instrumentos modernos de circulação de capital, a ausência de organização, a não acumulação de capital, o relacionamento estreito com os clientes são aspectos que caracterizam a atividade como atrelada ao circuito inferior da economia urbana, conforme expressam as variáveis dispostas no Gráfico 3. Gráfico 3-Variáveis da comercialização de pescados em Raposa.



Fonte: elaboração própria, 2023.

A numeração do Gráfico 3 expressa a quantidade de pescadores entrevistados, e as outras indicam os níveis de inserção das variáveis nos circuitos da economia urbana. A baixa empregabilidade de algumas variáveis e a alta inserção de outras indicam o pescado como mercadoria do circuito inferior de Raposa. As variáveis “venda fiado” e “geração de outras rendas” são duas principais praticidades do circuito, demonstrando sua face cooperativa.

Também se destaca o caráter democrático de espacialização das mercadorias. Os circuitos funcionam no interior das cidades como instrumentos de distribuição. No caso do circuito inferior, ele alcança as pessoas pobres, não abarcadas pelos outros tipos de comércio que compõem o circuito superior.

Um dos atributos que corroboram o aspecto democrático do circuito inferior são os valores acessíveis e condizentes com as particularidades do lugar. Os preços das mercadorias do circuito inferior têm como régua a manutenção da atividade, enquanto a do circuito superior é balizada pelo mercado global. Nos levantamentos de campo identificamos que os preços dos pescados são acessíveis à realidade local. Esse valor situa-se na fronteira entre o mínimo de renda para os comerciantes e o

preço máximo para possibilitar o consumo da população pobre, tal como apresenta a Tabela 9.

Tabela 9-Preço dos pescados da feira de Raposa-MA.

VALORES DOS PESCADOS por kg	MÉDIA (R\$)	MODA (R\$)	MEDIANA (R\$)
Mais “barato”	9,46	10,00	10,00
Mais caro	33,23	35,00	35,00

Fonte: elaboração própria, 2022.

Os preços mais altos e mais baixos estão entre R\$ 9,46 e R\$ 33,23. Esses valores se tornam acessíveis à população e são mais procurados por ela. A regulação dos preços, ou seja, sua elevação ou diminuição, é lenta e não acompanha a dinâmica do mundo na mesma velocidade dos acontecimentos.

Tal como defende Santos (2018 [1979], p. 156), “no circuito inferior o controle dos custos e dos lucros é raro e a contabilidade praticamente ausente”. Por esse motivo, o circuito inferior entra em atrito com o superior quanto à disparidade dos preços das mercadorias, contexto no qual os mecanismos da cidade são ativados para reduzir ou expulsar os comerciantes do primeiro.

Com pouco ou nenhum acúmulo de capital, estes sujeitos são permeados por algumas questões estruturais que submetem seu processo produtivo à condição constante de debilidade. Apesar do valor relativamente alto do pescado no mercado, se comparado às outras formas de proteína animal e alimentos no geral, os pescadores costumam auferir baixo rendimento na venda. Isto ocorre devido à falta de estrutura de processamento, transporte e comercialização da produção artesanal, realidade que faz as vendas frequentemente acontecerem na beira da praia, mesmo em metrópoles e áreas próximas de grandes centros consumidores (Lobão, 2010).

3.4 O circuito superior marginal: os restaurantes de Raposa e as lojas de materiais de pesca

O tópico anterior tratou das feições que o circuito espacial produtivo da pesca artesanal produz no circuito inferior da economia de Raposa. Nesta parte do trabalho busca-se evidenciar como a pesca também influencia a constituição do circuito superior marginal da cidade.

Ela corrobora a existência de restaurantes de médio e pequeno porte, lojas de artigos para a pesca artesanal e fábricas de gelo. Ou seja, se não houvesse um denso circuito da pesca artesanal, também não existiriam essas materialidades na cidade, ou suas densidades seriam menores.

Tais objetos e ações são definidos como circuito superior marginal, pois suas características estão situadas entre as definições dos circuitos inferior e superior. Os sujeitos do circuito superior marginal não acumulam capital significativamente, como explica Silva (2011, p. 44): “Esse conjunto de agentes completa os processos produtivos, embora obtenha lucros reduzidos em função do poder que os agentes hegemônicos detêm para impor as condições e o valor do trabalho”. Santos (2018 [1979], p. 103) afirma que: “o circuito superior marginal pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas”. Nessa via, a limitação das modernizações e as impossibilidades de estabelecer redes de maior uso do território confirmam as características dos restaurantes e de outros estabelecimentos ligados à pesca como componentes do circuito superior marginal.

Ao todo foram inventariados 23 restaurantes em Raposa. Os de maior porte estão localizados na parte central da cidade, enquanto os menores situam-se na praia de Mangue Seco. A atividade dos restaurantes dinamiza o comércio de alimentação da cidade, pois os alimentos são comprados no próprio município, principalmente os pescados. Além de refeições, os restaurantes também oferecem bebidas – setor que é abastecido pelos depósitos de bebidas do bairro Pirâmide e pelos comércios de médio e pequeno porte da cidade.

Vale frisar que, até julho de 2024, Raposa era uma das poucas cidades do Maranhão que não tinha um supermercado do Grupo Mateus ou de outra grande rede (Grupo [...], 2024). É importante, para próximos estudos, verificar como os comércios de revenda e o próprio circuito espacial produtivo da pesca serão afetados por essa

instalação. Tendo em vista que grande parte da cidade sobrevive da comercialização de produtos, o supermercado pode resultar no colapso de pequenos comércios, que geram ocupação para a maioria da população.

Sobre os restaurantes e estabelecimentos é válido destacar os níveis de ocupação gerados. Cada restaurante possui uma média entre 5 e 9 funcionários, dos quais 2 ou 3 são fixos e recebem salários, enquanto os demais trabalham por demanda e recebem por diárias, não tendo seguridade alguma em relação ao trabalho exercido.

Quanto à geração de renda e ao lucro da atividade, os níveis são consoantes à infraestrutura dos locais (Figura15). Alguns restaurantes de médio porte vendem até R\$ 100 mil por mês, enquanto os de menor porte faturam entre R\$ 10 mil a R\$ 30 mil por mês.

Figura 15-Fachada do restaurante Atlântico e cozinha do restaurante João da Loira, Raposa.



Fonte: elaboração própria, 2023.

A Figura 15 demonstra uma disparidade de infraestrutura dos locais de produção alimentar, mas, apesar da estética artesanal, atraem similarmente um quantitativo de clientes, principalmente em períodos de alta temporada, tal como as peixarias e a feira de pescados. Isto ocorre por conta dos baixos preços, associados à redução da distância entre a captura do pescado e a sua comercialização final. Por esse motivo as pessoas optam por consumir os produtos do circuito pesqueiro, que oferece maior segurança em relação à qualidade do alimento.

Outra face do circuito superior marginal são as lojas de artigos para pesca. Elas revendem diversos tipos de materiais, desde linhas para fabricação das redes até peças para manutenção dos motores dos barcos. Dessa maneira, as lojas são fixos que se relacionam diretamente com o circuito superior da economia, os

fabricantes dos produtos. Neste caso, além dos objetos feitos artesanalmente, tomam conta do lugar e da vida econômica da cidade outros itens presentes em circuitos espaciais produtivos mais densos e que requerem um alto aporte tecnológico para a produção das mercadorias.

Em Raposa existem dois locais de revenda desse tipo de produto oriundo do circuito superior: as lojas JN Pescados e Leomar Pescados. Entre os itens comercializados estão linhas, anzóis de pesca, hélice para motor, tinta para barcos, caixas de isopor, agulha para redes, entre outros. Estas lojas não dispõem de grande estrutura (Figura 16); seu uso de tecnologia e publicidade é reduzido, assim como a oferta de empregos, e pouco utilizam contabilidade para definir os preços e o rendimento. Mesmo assim, são fundamentais ao circuito da pesca.

Conforme Cataia e Silva (2013), a presença do circuito superior marginal pode ser uma resposta ao declínio do circuito superior ou sinal da ascendência do circuito inferior. Neste caso, trata-se do circuito inferior em evolução, sendo potencializado pelo circuito espacial produtivo da pesca.

Figura 16-O circuito superior marginal de revenda de produtos.



Fonte: elaboração própria, 2023.

É preciso ressaltar que estes fixos ativam fluxos a partir das relações comerciais estabelecidas com outros lugares. As mercadorias revendidas em Raposa vêm principalmente do Sul e do Sudeste, com destaque para os estados de Santa Catarina e São Paulo, onde produtos como linhas e hélices dos barcos são comprados. Na região Norte, no estado do Pará, são comprados os materiais para armazenar o pescado, geralmente feitos de isopor.

Para além das relações regionais suscitadas, há também as conexões intrametropolitanas. Nesse contexto, os nexos são estabelecidos principalmente com a capital São Luís, com sua parte central e em outras centralidades que ofertam

produtos para os comerciantes. Em síntese, o circuito espacial produtivo da pesca apresenta as características descritas no Quadro 3, capturadas durante os trabalhos de campo.

Quadro 3- Síntese do circuito espacial produtivo da pesca de Raposa.

Aspectos qualitativos e quantitativos	Comunidades Pesqueiras	Portos	Peixarias	Restaurantes	Loja de Artigos
Quantidade	2	10	20	23	2
Organização	baixa	baixa	baixa	médio/alta	alta
Tecnologia	baixa	baixa	baixa	médio/alta	médio/alta
Assalariamento	_____	baixa	baixa	médio	médio
Capital	_____	médio	baixa	alta/médio	médio/alto
Democrático	sim	sim	sim	médio	sim
Geração de ocupação	_____	baixo	baixo	alto	baixo
CARACTERÍSTICA PRODUTIVA DO CIRCUITO DE RAPOSA					
ETAPAS PRODUTIVAS	FIXOS	FLUXOS	AGENTES		
CAPTURA	Comunidades pesqueiras, colônias e sindicatos, artes de pesca, embarcações e lojas de artigos para pesca	Deslocamento entre residência dos pescadores e os locais de pesca	Pescadores		
DISTRIBUIÇÃO/ CIRCULAÇÃO	Portos, transportes, infraestrutura urbana	Deslocamentos dos portos para as feiras e peixarias	Atravessadores		

COMERCIALIZAÇÃO	Peixarias, feiras e restaurantes	Deslocamento dos consumidores para Raposa	Peixeiros (ambulantes), atravessadores e consumidores
-----------------	----------------------------------	---	---

Fonte: elaboração própria, 2023.

Os dados do quadro realçam a espessura do Circuito Espacial Produtivo da Pesca no urbano. Com sua capacidade de criar materialidades e ações na cidade, ele também é responsável pelo desenvolvimento da consciência por meio da práxis.

A consciência suscitada no meio urbano é a de cooperação, ou seja, a junção comum das forças produtivas de uma multiplicidade de sujeitos (Sanson, 2010). Estes, ao empregar sua força de trabalho, produzem para suas famílias e para as de seus pares, efetivando a democracia do acesso ao alimento.

O aspecto democrático de circuitos lugarizados, como o da pesca em Raposa, é o princípio do comum. Comum no sentido de encontro das singularidades, onde os anseios se equiparam, e as necessidades escapam do individual, passando para o coletivo. É nesse contexto que o tempo do trabalho, o tempo da produção e o tempo livre se unificam em um só tempo: o tempo das marés, o tempo da dinâmica orgânica do lugar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a economia do ponto de vista espacial exige metodologias que abarquem a realização diferencial da produção nos territórios, pois a economia e seus arranjos espaciais, os circuitos, resultam de influências internas e externas em relação aos lugares.

Os circuitos espaciais de produção, a divisão territorial do trabalho e a política são externalidades que, em certa medida, contribuem para a formação dos circuitos da economia. Estes três elementos são fundamentais para a compreensão das situações particulares de cada circuito, seja ele superior ou inferior.

As influências dos circuitos espaciais produtivos se dão a partir da espacialização das etapas produtivas, ou seja, “a espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante” (Moraes, 2017, p. 27). Portanto, as circularidades enraízam-se em alguns lugares de maneira seletiva.

Os circuitos espaciais produtivos são atraídos pelos ativos, pelas técnicas e pelas vontades políticas, que assumem a forma de governos. Interessa também a esses circuitos selecionar os lugares por seus fatores de localização, ou seja, pelo potencial deles de fornecer infraestruturas suficientes ao avanço do capital.

Ao alcançarem as cidades, os circuitos espaciais produtivos atraem outras empresas e fomentam a formação do circuito superior da economia, como bancos e outros agentes corporativos do território. Dessa maneira, o circuito superior da economia urbana é resultado direto da divisão territorial do trabalho, assim como o circuito inferior.

O importante ao avaliar as implicações espaciais da divisão dos meios de produção nas cidades é identificar a outra face de sua distribuição: a geração da pobreza. O circuito inferior da economia é abrigo dos sujeitos em situação de pobreza, mas não de qualquer pobreza, e sim da estrutural, produzida pelo modelo econômico vigente. Esse tipo de pobreza se engendra nos lugares e os índices de pessoas em situação de vulnerabilidade social se elevam.

Nos lugares onde a pobreza aparece em relevo, o circuito inferior da economia é uma alternativa de sobrevivência, como em Raposa. Localizado em um dos estados mais pobres da federação, esse município exhibe em sua organização espacial um circuito inferior marcado pelo trabalho artesanal que revela a divisão

social do trabalho: de um lado, a pesca, movimentada majoritariamente por homens; e do outro, as rendas, produzidas predominantemente por mulheres.

Assim, Raposa se constitui como uma cidade artesanal, em amplo sentido, por ser resultado do trabalho de homens e mulheres. A vida ali depende prioritariamente da existência do circuito inferior, pois é ele a base de sustento de grande parte das famílias que lá residem.

Ainda que o circuito inferior inteiro seja imprescindível à cidade, este estudo versou apenas sobre a pesca artesanal em sua realização na vida econômica de Raposa. A pesquisa permitiu verificar as etapas de captura, distribuição, comercialização e consumo de pescados no município, focalizando especialmente as informações sobre a comercialização, tendo em vista que esta etapa só se realiza graças às outras.

Constatou-se que a dinâmica da pesca tem início no conhecimento territorial dos pescadores, que sabem os locais adequados, as artes apropriadas a cada situação e o tempo necessário para a atividade.

A distribuição dos pescados, assim como a captura, conta com embarcações. Em Raposa são utilizadas embarcações de médio e pequeno porte, por não haver a prática da chamada pesca industrial ou predatória. Os próprios pescadores distribuem os peixes nos portos. Em outros casos, os atravessadores vão ao encontro dos pescadores e transportam as mercadorias até as áreas de comercialização, tendo em vista que esse deslocamento exige objetos específicos.

Identificou-se a presença de diversos pontos de comercialização dos pescados em Raposa, a exemplo de algumas peixarias, feiras livres e “puxadinhos” alocados nas proximidades das praias de Mangue Seco e da Raposa. As peixarias fornecem pescados para os turistas, para a população local e também para os restaurantes da região.

É importante frisar que um dos principais pontos de comercialização é a feira de pescados, localizada na avenida principal da cidade, próximo ao porto de Raposa, por onde é abastecida a feira. Ali existem aproximadamente 40 bancas de venda de pescados.

Ao verificar as variáveis dos circuitos da economia na feira de pescados de Raposa, foi possível identificar a baixa utilização de tecnologias, a ausência de publicidade, bem como a falta de capital e baixa organização. Quanto às formas de pagamento, grande parte dos trabalhadores aceita apenas PIX ou dinheiro físico. O

uso de maquinetas de cartão de crédito e débito é inviável para muitos comerciantes, dado o grau de dependência desses objetos técnicos em relação a outros serviços, como a internet. Por outro lado, a relação com os clientes chama atenção devido às marcas de solidariedade específicas do circuito inferior, como as vendas “fiado”.

Diante dessas dinâmicas, os comerciantes afirmam não acumular capital, uma vez que o dinheiro das vendas serve para alimentar as famílias e comprar os pescados dia após dia. Por esse motivo, a feira funciona de domingo a domingo, dada a necessidade dos comerciantes e também dos consumidores.

Os trabalhos de campo revelaram que a última etapa do circuito, o consumo, mobiliza sujeitos de Raposa e das cidades vizinhas. O que garante essa preferência dos compradores por consumirem direto de Raposa são os preços baixos, tendo em vista que quanto mais distante dos agentes e do lugar de realização do circuito, maiores ficam os preços dos pescados.

Assim, a pesca em Raposa se materializa graças ao trabalho, à cultura e ao conjunto de técnicas dos sujeitos, aliados aos recursos da natureza disponíveis no lugar. Dessa forma a atividade exerce uma dupla função na cidade, possibilitando o trabalho e o consumo à população pobre.

Parafraseando Milton Santos (2018), que inicia um de seus capítulos com a questão do porquê de as metrópoles não explodirem, seria possível deslocar esse questionamento para pensar a economia das grandes, pequenas e médias cidades onde a pobreza urbana se faz presente. Dessa forma, a pesquisa partiu de perguntas como: quem são os agentes do circuito espacial produtivo da pesca artesanal em Raposa? A quem interessa e beneficia esse circuito? Quais regras, códigos ou conjunto moral permeiam a teia de relações do circuito da pesca artesanal? Sem ele, a cidade teria a mesma vida? Ou viveria? Quais seriam as outras possibilidades de sustento vislumbradas pelos sujeitos?

Em resposta, é o circuito inferior o ponto de equilíbrio entre as implicações modernizantes e o território. É ele que evita o colapso econômico-social e político das cidades, pois abriga a grande massa trabalhadora não incluída de forma direta nos circuitos modernos. Como exposto neste estudo, o circuito inferior resulta das implicações externas que criam a pobreza; do tipo de política que (re)produz a pobreza nos espaços; e dos sujeitos locais, que, por seus conhecimentos, estabelecem nos lugares os arranjos desse circuito. Trata-se também da materialização mais cabal do saber local, em seu caráter democrático, integrador e coletivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cristiano Nunes; SILVA, Adriana Maria Bernardes da. Uso do território, modernizações, desigualdades sociais e questão ambiental no Maranhão: aproximações teórico-empíricas de uma agenda de pesquisa. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 954-964, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-01.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.
- ANDRADE, Manuel. C. A. A dinâmica do povoamento e a ocupação do espaço geográfico no Maranhão. **Estudos Universitários: revista cultura**, Universidade Federal de Pernambuco, v.7, n. 2/3, 1967. 7(2/3). Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/estudosuniversitarios/article/view/255166>.
- ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 15, 4 out. 2008. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria A. de; SANTOS, Milton. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.
- BISPO, Daniel. Santa Catarina é rica e Maranhão é pobre, por quê? **Paulo Gala/Economia & Finanças**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/santa-catarina-e-rica-e-maranhao/>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 131, de 5 de fevereiro de 2020. Altera a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer regime diferenciado da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre a receita bruta auferida pelas pessoas jurídicas com elevada receita que utilizam plataformas digitais. **Diário do Senado Federal**: parte II, Brasília, DF, n. 47, p. 43-48, 23 maio 2020.
- BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989)**. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/25>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz**: escritos urbanos e regionais. Editora UEMA, 2012.
- CAMELÔ. Intérprete: Edson Gomes. Compositor: Edson Gomes. In: APOCALIPSE. Intérprete: Edson Gomes. [S. l.]: EMI Records Japan, 1997. 1 CD, faixa 11.
- CANO, Wilson et al. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11336/pdf_10. Acesso em: 2 ago. 2024.

CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana Cristina da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2483>. Acesso: 2 ago. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Antonio J. A. **Modernizações, expulsões e resistências na metrópole de São Luís**: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FGV Social. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/pesquisas/mapa-da-nova-pobreza>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FUNDAÇÃO PROZEE. **Monitoramento da atividade pesqueira no Brasil**. Brasília, DF: Ibama, 2006.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, usinas e favelas**. Gráfica Minerva, 1989.

GRUPO Mateus inaugura loja em Raposa, Maranhão. **Redação SuperHiper**, [S. l.], 1º jul. 2024. Disponível em: <https://superhiper.com.br/grupo-mateus-inaugura-loja-em-raposa-maranhao/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPEA. **Índice de vulnerabilidade social**. Brasília, DF: Ipea, 2000. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 8 out. 2021.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social dos Municípios Brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/ivs/publicacao_atlas_ivs_rm.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.

LIMONAD, Ester. Novidades na urbanização brasileira? *In*: ELIAS, Denise; PEQUENO, Pequeno (org.). **Tendências da urbanização brasileira**: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 59-100.

LOBÃO, Ronaldo. **Cosmologias políticas do neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em política do ressentimento. Niterói: EdUFF, 2010.

LOPES, Francisco Clébio Rodrigues. Metamorfoses no espaço metropolitano de São Luís (MA). **GeoTextos**, v. 14, n.1, jul., p. 83-102, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005 [1848].

MATTOS, Sérgio Macedo Gomes de; WOJCIECHOWSKI, Maciej John; GANDINI, Fabrício Caldeira. **Iluminando as capturas ocultas da pesca artesanal costeira no Brasil**: um estudo de caso. Rio de Janeiro: Instituto Maramar, 2020. (Relatório Executivo)

MARANHÃO. **Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015**. Dispõe sobre a instituição e gestão da Região Metropolitana da Grande São Luís e revoga as Leis Complementares Estaduais nº038 de 12 de janeiro de 1998, nº069 de 23 de dezembro de 2003, nº153 de 10 de abril de 2013, nº161 de 03 de dezembro de 2013 e as demais disposições em contrário. Disponível em: http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LC_174. Acesso em: 8 ago. 2024.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano**. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Do capitalismo de plataforma à difusão dos aplicativos: apontamentos sobre novos nexos entre os circuitos da economia urbana em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 19, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/17256>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MORAES, Antonio Carlos Roberto; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço**. São Paulo. Hucitec, 1987.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Marcio (org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

NASCIMENTO, Maria Nadir; CARNEIRO, Deuris de Deus Moreno Dias. **Terra das Palmeiras: Geografia e História do Maranhão**. São Paulo: FTD, 1996.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; HOLANDA, Felipe Macedo de. Padrão de acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 6, n. 10, p. 1-29, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26341>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Pereira, Maria Eunice Ferreira Damasceno *et al.* Pobreza e segregação socioespacial no Maranhão. **Observatório social e do trabalho**, São Luís, n. 3, p. 1-4, jul. 2014. Disponível em: <http://www.gaepp.ufma.br/boletim/index.php/20-ano-3-numero-3/60-em-foco>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PESCADORES da Raposa (S. Luis-MA-1978). [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (9'58 min). Publicado por Jorge Martins Rodrigues. Disponível em: <https://youtu.be/3SqQ4FZiGQI?si=BvfHERqWfYx3nkMB>. Acesso em: 8 jan. 2024.

POCHMANN, Marcio. Promessas desfeitas: notas introdutórias. In: BALBIM, Renato (org.). **Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas**. Brasília, DF: IPEA, p. 55-66, 2016.

PROJETO COLABORA. **Grude movimenta mercado milionário no Brasil e leva**

chineses à Amazônia: Pescadores do Pará aproveitam crescente apetite chinês por bexigas natatórias de peixes amazônicos, mas comércio pode minguar sem regulamentação e fiscalização. #colabora. 2022. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods12/grude-movimenta-mercado-milionario-no-brasil-e-leva-chineses-a-amazonia/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

QUEIROZ, Greiziane Greizi Araujo. Os dois circuitos da economia urbana na cidade de ilhéus: o circuito inferior da pesca. **Caminhos da Geografia**- revista on line. Uberlândia, v.13, n.41, p. 223-230, 2012.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 31-62, 2014.

ROFMAN, Alejandro. Subsistemas espaciales y circuitos de acumulación regional. **Revista Interamericana de Planificación**, Buenos Aires, v. 18, n. 70, p. 42-61, 1984.

ROSADO, Vingt-un (org.). **Memorial da seca**. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1981. (Coleção Mossoroense, v. 163)

SANSON, Cesar. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. **Cadernos IHU**, São Leopoldo-RS, v.8, n. 32, p. 1-66, 2010.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, Maria A.; SANTOS, Milton (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, ano 13, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: EdUSP, 2006 [1978].

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed., 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2013 [1994].

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2018 [1979].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2020.

SANTOS, Paula Verônica Campos Jorge et al. Perfil Sócioeconômico de pescadores do município da Raposa, estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 6, n. 1, p. I-IVX, 2011.

SUDEPE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA. **Sudepe e o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1985. Brasília: Sudepe, 1975.

SUDEPE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA. **III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1975-1979**. Brasília: Sudepe, 1975.

SILVA, Alex Nunes. Geossímbolos da vida em Raposa, Maranhão: entre redes, rendas e barcos. **Ciência Geográfica**, Bauru, Vol. XXV, n. 4, p.1553- 1570, 2021.

SILVA, Catia Antonia da. **Política pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Catia Antonia da; RAINHA, Felipe Andrade. Metrôpole e luta: por uma modernização sem exclusão. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, p. 1-10, 2011.

SILVA, Catia Antonia. História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar eventos. **Tamoios**, São Gonçalo, v. 11, n. 1, p. 12-19, 2015.

SILVA, Luciano Pereira Duarte. **Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a política da Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

SILVA, Luiz Geraldo (coord.). **Os pescadores na História do Brasil**. São Paulo: Vozes, 1988.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, trabalho, cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 11-17, 2002. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49153/32861>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SILVEIRA, Maria Laura. Economia política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. In: SILVA, Catia Antonia da (org.). **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2011. v. 1, p. 23-38.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 17, p. 64-74. 2013. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/agb_xvii1-versao_internet/agb_05_jandez2013.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102778>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília, DF: Editora UnB, 2000.

SOUZA JUNIOR, Luís de Souza; RIBEIRO, Luis Henrique Leandro; SILVA, Catia Antonia da. Território usado e circuito inferior: o mercado insurgente de pescado na Praça XV – Rio de Janeiro (1980-1991). **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 22, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/21377?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, p. 1-13, 2020. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19015>. Acesso em: 10 out. 2023.

TORRES, Rosa Eliana. **Povo Tremembé: Deslocamentos territoriais e formas de mobilização étnica**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: Imesc, 2008. (Cadernos Imesc, v. 5)

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. *In*: BOCSHI, Renato (org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil, 1991. p. 81-112.

VASCONCELOS, Thiago Rocha. **Expansão da ocupação humana e transformações dos ambientes costeiros na área urbana do município de Raposa**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

VILLAÇA. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 1998.

1. APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: PEIXARIAS

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Coletar dados sobre as variáveis: tecnologia, assalariamento, organização, capital, publicidade, preços, crédito, rendimento e relação com a clientela do circuito espacial produtivo da pesca.

CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Cor: () preta () parda () branca
- Idade:
- Gênero: () Masculino () Feminino
- Responsável pelo sustento do núcleo familiar? () SIM () NÃO
- Qual o número de integrantes da família?
- Possui formação? () SIM () NÃO
- Em qual bairro ou rua reside?
- Tempo de exercício da atividade:
- Local onde comercializa:

CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE COMERCIAL

- Quem fornece os produtos?
- Comercializa outra coisa além de pescado?
- Qual o valor do quilograma do pescado? Do mais barato e do mais caro?
- Quais formas de pagamento você aceita?
- Possui acesso a empréstimo ou crédito por meio de algum banco? Se sim, qual?
 - Qual valor você consegue vender por dia/mês?
 - Possui funcionários? Quantos?
 - Em caso de possuir funcionários, qual o valor pago a eles?
 - Qual sua relação com os clientes? Costuma vender “fiado”?
 - Você costuma anunciar seu ponto comercial?
 - Possui outro tipo de ocupação?

2. APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: PORTOS/ESTALEIROS

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Coletar dados sobre as variáveis: produção técnica artesanal, relações econômicas estabelecidas pela atividade, preços, crédito, rendimento e relação com a clientela.

CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Cor: () preta () parda () branca
- Idade:
- Gênero: () Masculino () Feminino
- Responsável pelo sustento do núcleo familiar? () SIM () NÃO
- Qual o número de integrantes da família?
- Possui formação? () SIM () NÃO
- Em qual bairro ou rua reside?
- Tempo de exercício da atividade:
- Quais dias comercializa o pescado:

CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE

- Tempo de realização da atividade:
- Onde compra matérias-primas para construção das embarcações?
- Qual o porte das embarcações?
- Qual o valor médio das embarcações?
- Quanto tempo leva para construir uma embarcação?
- Quais formas de pagamento você aceita?
- Quantas embarcações você produziu durante seu tempo de trabalho?
- De quais localidades são os compradores das embarcações?
- Possui acesso a empréstimo ou crédito por meio de algum banco? Se sim, qual?
- Possui funcionário? Quantos?
- Em caso de possuir funcionários, qual o valor pago a eles?
- Qual sua relação com os clientes? Costuma vender “fiado”?
- Possui outra fonte de renda?

3. APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: PEIXEIROS AMBULANTES (comercializam em carros, motos ou bicicletas)

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Coletar dados sobre as variáveis: tecnologia, assalariamento, organização, capital, publicidade, preços, crédito, rendimento e relação com a clientela do circuito espacial produtivo da pesca.

CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Cor: () preta () parda () branca
- Idade:
- Gênero: () Masculino () Feminino
- Responsável pelo sustento do núcleo familiar? () SIM () NÃO
- Qual o número de integrantes da família?
- Possui formação? () SIM () NÃO
- Em qual bairro ou rua reside?
- Tempo de exercício da atividade:
- Local (bairro ou rua) onde comercializa:

CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE COMERCIAL

- Quais os produtos são comercializados?
- De quais lugares você compra os pescados?
- Qual o valor dos produtos, do mais barato e do mais caro?
- Quais formas de pagamento você aceita?
- Possui acesso a empréstimo ou crédito por meio de algum banco? Se sim, qual?
- Qual valor você consegue vender por dia/mês?
- Quantas horas trabalho por dia?
- Qual sua relação com os clientes? Costuma vender “fiado”?
- Possui outro tipo de ocupação ou fonte de renda?

4. APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: COLÔNIA DOS PESCADORES

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Coletar dados sobre a quantidade de pescadores associados, possíveis cooperativas comerciais, acesso a crédito aos pescadores, principais impasses em relação ao Seguro Defeso, existência de comunidades pesqueiras, artes de pesca, quantidade de portos, tipos e quantidade de embarcações, porte da atividade pesqueira do município e local de residência dos pescadores.

- Nome do presidente:
- Sindicato () Associação ()

CARACTERÍSTICAS DOS FIXOS, FLUXOS E AGENTES DA ATIVIDADE PESQUEIRA

- Quantos pescadores e pescadoras são associados?
- Quais os principais bairros onde eles residem?
- Existem comunidades pesqueiras em Raposa? Quantas? Onde estão localizadas?
- Quais são as artes de pesca utilizadas?
- Onde os artigos de pesca são comprados?
- Quais são os locais de pesca?
- Quantas embarcações são registradas?
- As embarcações são de pequeno, médio ou grande porte?
- Onde as embarcações são compradas e fabricadas?
- Existe uma estimativa da quantidade de portos existentes em Raposa? Onde estão localizados?
- Quais são os principais pontos de comercialização de Raposa?
 - Para quais outros locais o pescado de Raposa é destinado?
 - Os pescadores possuem acesso a crédito por meio do Seguro Defeso?
 - Existe uma estimativa da quantidade de pescadores que criam peixe em cativeiro?
 - Quais as outras instituições responsáveis pela pesca artesanal em Raposa?

5. APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO DE CAMPO: LOJAS DE ARTIGOS PARA PESCA

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Coletar dados sobre as variáveis: tecnologia, assalariamento, organização, capital, publicidade, preços, crédito, rendimento e relação com a clientela do circuito espacial produtivo da pesca.

CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Cor: () preta () parda () branca
- Idade:
- Gênero: () Masculino () Feminino
- Responsável pelo sustento do núcleo familiar? () SIM () NÃO
- Qual o número de integrantes da família?
- Possui formação? () SIM () NÃO
- Em qual bairro ou rua reside?
- Tempo de exercício da atividade:
- Local onde comercializa:

CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE COMERCIAL

- Quais produtos são comercializados?
- Existem produtos totalmente artesanais?
- De quais lugares os produtos são comprados?
- Quais formas de pagamento você aceita?
- Possui acesso a empréstimo ou crédito por meio de algum banco? Se sim, qual?
- Qual valor você consegue vender por dia/mês?
- Possui funcionário? Quantos?
- Em caso de possuir funcionários, qual o valor pago a eles?
- Qual sua relação com os clientes? Costuma vender “fiado”?
- Você costuma anunciar seu ponto comercial por meio de carros de som ou panfletos?
- Possui outro tipo de ocupação ou fonte de renda?

6. APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE CAMPO RESTAURANTES

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

Coletar dados sobre as variáveis: tecnologia, assalariamento, organização, capital, publicidade, preços, crédito, rendimento e relação com a clientela do circuito espacial produtivo da pesca.

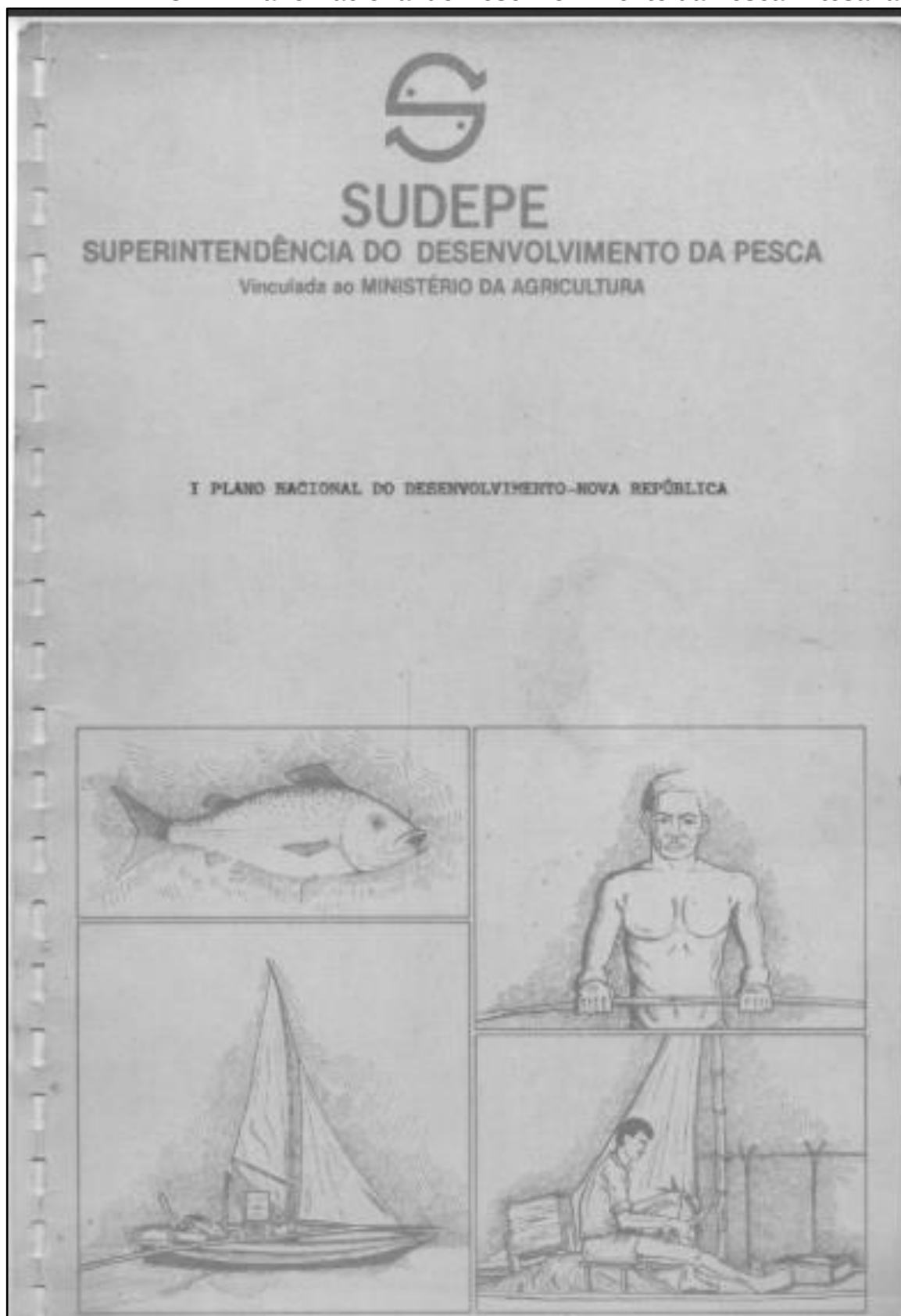
CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Cor: () preta () parda () branca
- Idade:
- Gênero: () Masculino () Feminino
- Responsável pelo sustento do núcleo familiar? () SIM () NÃO
- Qual o número de integrantes da família?
- Possui formação? () SIM () NÃO
- Em qual bairro ou rua reside?
- Tempo de exercício da atividade:
- Local onde comercializa:

CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE COMERCIAL

- Quais produtos são comercializados além de pescados? (Obs.: é preferível captar uma foto do cardápio)
- De quais lugares você compra as bebidas e os alimentos?
- Qual o valor dos produtos, do mais barato e do mais caro?
- Quais formas de pagamento você aceita?
- Possui acesso a empréstimo ou crédito por meio de algum banco? Se sim, qual?
- Qual valor você consegue vender por dia/mês?
- Possui funcionários? Quantos?
- Em caso de possuir funcionários, qual o valor pago a eles?
- Qual sua relação com os clientes? Costuma vender “fiado”?
- Você costuma anunciar seu ponto comercial por meio de carros de som ou panfletos?
- Possui outro tipo de ocupação ou fonte de renda?

7. ANEXO A – Plano Nacional do Desenvolvimento da Pesca Artesanal



Fonte: Sudepe (1985).

8. ANEXO B – Quantitativo de pescadores artesanais por região e unidade da federação entre os anos de 1940 e 1970 no Brasil

Estado	Pescadores artesanais						Tripulantes de embarcações motorizadas (1967)				
	1940	%	1950	%	1970	%	Mestres	Moto- ristas	Tripu- lantes	Total	%
Amapá	—	—	1 072	0,94	775	0,5					
Acre	10 427	12,3	13 762	12,6	7 361	5,0					
Pará	14 442	17,1	20 069	17,7	23 484	15,9					
Região Norte	24 869	29,5	33 831	29,9	31 620	21,4	32	32	186	250	3,47
Maranhão	10 338	12,2	14 546	12,8	18 583	12,6					
Piauí	951	1,1	—	—	1 633	1,1					
Ceará	4 801	5,7	5 994	5,2	14 215	9,6	55	60	523	638	
Rio Grande do Norte	3 667	4,3	4 141	3,6	7 434	5,0					
Paraíba	1 384	1,6	2 025	1,8	3 291	2,3					
Pernambuco	3 606	4,2	4 044	3,5	5 536	3,7	16	28	317	361	
Alagoas	3 618	4,2	4 216	3,2	5 940	4,0					
Sergipe	2 090	2,4	4 498	3,9	3 345	2,2					
Bahia	8 936	10,6	11 886	10,5	16 057	10,9					
Região Nordeste	39 391	46,7	51 350	45,4	76 034	51,7	92	109	968	1 169	16,2
Espírito Santo	1 281	1,5	1 466	—	2 984	2,0					
Rio de Janeiro	6 090	2,2	7 550	6,6	9 866	6,7					
Guanabara	—	—	2 511	2,2	1 949	1,3	200	381	2 464	3 045	
São Paulo	2 836	3,3	3 920	3,4	5 150	3,5	208	280	1 637	2 065	
Região Sudeste	10 207	12,1	15 447	13,6	19 949	13,5	408	601	4 101	5 110	71,0
Paraná	1 338	1,6	1 123	0,9	2 728	1,8					
Santa Catarina	6 554	7,7	7 479	6,6	10 727	7,3	43	43	459	545	
Rio Grande do Sul	2 014	2,4	2 802	2,4	6 100	4,1	14	18	83	115	
Região Sul	9 909	11,7	11 404	10,0	19 555	13,4	57	61	542	660	9,0
Total	84 373	100,0	113 104	100,0	147 158	100,0	589	803	5 797	7 189	100,0

Fonte: Diegues (1983).